

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/05/2021 a 31/05/2021

Indexação: "Reforma Administrativa" or "PEC 32/2020"

Documento 1/57

29.2021.B	Sessão Outro Evento	04/05/2021-15:16
Publ.: DCD - 05/05/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Caráter inverídico de afirmação de ministro da Saúde sobre o montante de vacinas aplicadas no País. Indisponibilidade de vacinas contra Covid-19. Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre alteração das disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa. Homenagem aos taquígrafos.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, estamos vivenciando um negacionismo estrutural da verdade, da realidade, que está permeando o Palácio do Planalto. Houve um Ministro da Saúde que disse que o percentual das pessoas que já tiveram as duas doses da vacina foi de 18% - é uma mentira. Este percentual chega a 7,48%, por volta disso.

Ao mesmo tempo, em pelo menos oito lugares no Brasil não há vacina para que se possa ministrar a segunda dose. Seguindo-se uma recomendação do Ministério da Saúde, a primeira dose de todas as vacinas teria que ser aplicada, mas faltou vacina para a segunda dose.

Portanto, nós estamos vivenciando uma tragédia no Brasil. Penso que todos aqueles que batem continência para o Presidente da República acabam, de alguma forma, sendo cúmplices dessa tragédia, dessas mortes que entram nas nossas casas, da fome que entra no coração deste Brasil.

Por isso, é muito importante que tenhamos clareza de que o Estado não pode estar a serviço do governante. Temos que dizer "não" a esta "deforma" do Estado, que está na Proposta de Emenda à Constituição nº 32.

Três frases que foram ditas na reunião ministerial, "*passar a boiada*", "*colocar a granada*" e "*defender os familiares e os amigos*", dita pelo Presidente da República, estão presentes na destruição do

Estado, da estabilidade, do concurso público, para vários vínculos a serem estabelecidos, e o mandonismo. É a volta da República Velha ou do Império para as estruturas deste País.

É muito importante atacarmos essa deformação do Estado. O Ministro da Economia tem uma série de frases que indicam profundo preconceito e desprezo com a população pobre deste País e indicam que está governando para os ricos.

E para não dizer que não falei nas flores, encerro meu discurso fazendo a minha homenagem aos taquígrafos e às taquígrafas deste País, que resgatam a história e fazem com que nós tenhamos memória, em particular às taquígrafas e aos taquígrafos da Câmara dos Deputados, que fazem o registro da história, para que ninguém ou para que os autoritários de plantão não possam arrancar do povo brasileiro sua própria memória e sua história.

Vivam os taquígrafos!

Documento 2/57

29.2021.B	Sessão Outro Evento	04/05/2021-16:04
Publ.: DCD - 05/05/2021 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Expectativa quanto aos resultados da CPI do Senado Federal destinada à investigação das ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia de coronavírus no Brasil (CPI da Pandemia). Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com as consequências da crise sanitária no País. Contrariedade ao Projeto de Lei nº 591, de 2021, relativo à organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais (privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos), à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre alteração de disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa (Reforma Administrativa) e ao Projeto de Lei nº 510, de 2021, relativo à regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União. Apoio à carta assinada pela líder indígena Sonia Guajajara e Bispos da região amazônica em defesa da retirada de pauta do Projeto de Lei nº 510, de 2021, oriundo do Senado Federal. Necessidade de interrupção da escalada autoritária e da destruição do meio ambiente no Brasil, ampliadas pelo Projeto de Lei nº 510, de 2021, conhecido como PL da Grilagem.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, hoje talvez o fato mais destacado seja o início do funcionamento da CPI da COVID. Eu queria destacar a importância desse tema. Espero que a CPI da COVID possa comprovar o que já está posto e provado por inúmeros fatos. É importante que a CPI comprove que o comando do País, o Presidente da República, comprou cloroquina em vez de vacina e questione por que ele recusou a compra das vacinas da Pfizer, por que o Governo não autorizou a vacina da Sputnik e quais as circunstâncias disso. Aliás, o representante da Sputnik no Brasil fez denúncias gravíssimas sobre o que poderia estar por trás da negativa em relação a essa vacina, que já foi aprovada em mais de 60 países e tem 97% de eficácia. Então, coisas estranhas aconteceram nesse período. Nós esperamos que a CPI possa passar a limpo, possa deixar muito claro e cristalino o que aconteceu para que houvesse esse genocídio. Mais de 400 mil pessoas morreram até o presente momento no País. A economia está quebrada exatamente em razão desse fato.

O que nós queremos é a verdade, Presidente. Tudo o que nós queremos é isso. E a verdade é que Bolsonaro não se preocupou com a pandemia em nenhum momento. Aliás, ele só passou a ensaiar alguma mudança de postura a partir do momento em que ele tomou conhecimento de que o ex-Presidente Lula estava elegível. Aí, no mesmo dia, ele colocou a máscara; no mesmo dia, começou a ensaiar. Mudou de Ministro da Saúde, etc. Então, sua postura passou a ser diferente somente a partir daquele momento, ou seja, a preocupação dele é uma só: ele só pensa naquilo, só pensa na eleição. Infelizmente, é única e exclusivamente isso que está na cabeça do Presidente da República.

Sr. Presidente, para concluir a minha fala, quero dizer que, além de tratar da questão da CPI da COVID, nós temos que retirar de pauta a privatização dos Correios, ou seja, o PL 591/2021, que não tem nada a ver com pandemia; a reforma administrativa, ou seja, a PEC 32/2020, que acaba com a estabilidade dos servidores; e o PL da Grilagem, ou seja, o PL 510/2021, que está vindo do Senado e vai destruir o meio ambiente no País. Nós precisamos interromper, de uma vez por todas, a escalada autoritária.

Aqui fica a nossa solidariedade à Sonia Guajajara e também o nosso reconhecimento aos bispos da Amazônia, que emitiram uma nota, uma carta, em defesa da retirada de pauta do PL 510, contra a grilagem...

(Desligamento automático do microfone.)

29.2021.B Sessão Outro Evento 04/05/2021-16:08
Publ.: DCD - 05/05/2021 - PAULÃO-PT -AL

CÂMARA
DEPUTADOS

DOSBREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Contrariedade à inclusão na pauta de projetos de lei relativos à privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e às Centrais Elétricas Brasileiras - ELETROBRAS. Posicionamento do orador acerca da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre alteração de disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa (Reforma Administrativa). Defesa de pauta destinada à promoção do desenvolvimento socioeconômico do Brasil e à valorização da classe trabalhadora.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Arthur Lira, eu queria destacar também, a exemplo dos companheiros que me antecederam, a exemplo do Deputado Bira do Pindaré, a importância de não ser pautado o projeto que ataca uma das empresas mais importantes do Brasil: os Correios. Espero que V.Exa. tenha a sensibilidade, conhecendo a realidade dos Correios de Alagoas e do Brasil, de não pautar esse projeto nocivo à soberania nacional.

Também não é prudencial pautar a privatização do setor elétrico da ELETROBRAS. Nós falamos dos Estados Unidos, país considerado, na essência, o mais capitalista. Eles entendem a importância da energia para eles. É por isso que, em parte considerável daquele país, quem faz o controle da energia é o Exército americano. Portanto, não é prudente pautar a privatização da PETROBRAS. Ela atende a quê? Atende à bacia das almas do setor financeiro, ao projeto lesa-pátria.

Por último, Sr. Presidente, é necessário discutir, com muita prudência, a reforma administrativa que o Governo Bolsonaro quer implantar, que coloca os servidores públicos como os inimigos. Nós estamos em plena pandemia. As preocupações que esta Casa, o Senado e o Executivo deveriam ter são: primeiro, vacinação para todas e todos; segundo, auxílio emergencial de no mínimo 600 reais para quem precisa; terceiro, visão estratégica do Poder Legislativo, do Judiciário e do Executivo, para enfrentar o desemprego - há 14 milhões de desempregados -, que ataca principalmente a juventude pobre e negra do País, vítima da violência; quarto, o processo da inflação, que está corroendo, a cada dia, a renda das famílias brasileiras.

Então, nós deveríamos ter uma pauta proativa, a exemplo do que está ocorrendo nos Estados Unidos, onde o novo Presidente está fazendo uma pauta de desenvolvimento, fortalecendo a economia, mas com um

olhar especial para a classe trabalhadora e, principalmente, para aqueles que mais precisam.

Infelizmente, a agenda do Bolsonaro é a agenda da morte, é uma agenda que nega a ciência.

Documento 4/57

44.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 04/05/2021- CD	17:56
Publ.: DCD - 05/05/2021 - DARCI DE MATOS-PSD -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Elaboração pelo orador, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, do parecer sobre a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre alteração das disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.

O SR. DARCI DE MATOS (Bloco/PSD - SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sob a sua liderança, nós estamos com a Presidente Bia Kicis conduzindo os debates nas audiências públicas e construindo, com a equipe técnica, o relatório de admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, o qual queremos protocolar na semana que vem.

Sr. Presidente, a PEC 32, como todos têm conhecimento, trata da reforma administrativa, uma reforma esperada há muitos anos e, no meu entendimento, de fundamental importância para o País.

Por que isso, Sr. Presidente? Primeiro, porque, lamentavelmente, o serviço público no Brasil é um serviço público lento, burocrático, e nós, a grande maioria dos entes públicos, não estamos oferecendo um serviço de qualidade à população brasileira. A PEC traz, no seu bojo, na sua essência, um conteúdo que propõe, além de uma economia de 300 bilhões de reais em 10 anos, a modernização do serviço público no Brasil.

Esse modelo do serviço público foi calcado, foi construído há 30 anos, quando foi promulgada a nossa Constituição. Ora, o mundo mudou. Houve uma transformação imensa nas relações de trabalho e nos entes públicos. Essa PEC propõe a modernização do serviço público, a adequação do serviço público aos novos tempos, a digitalização e, sobretudo, a implantação de novas tecnologias no serviço público do

Brasil, seja nos Municípios, seja no Estado, seja na União.

Mais do que isso, Sr. Presidente, nós sabemos que o serviço público tem consumido grande parte do orçamento de impostos do contribuinte. Ora, em média, sobram somente 3% do orçamento dos Municípios, Estados e União para investimentos. Ou seja, nós estamos consumindo praticamente toda a receita no custeio e na folha de pagamento. Isso não é justo com a população brasileira. Nós precisamos de investimentos, de recursos mais vultosos para as áreas estratégicas, fundamentais, como a saúde, a segurança, a educação e também a infraestrutura do nosso País.

E ainda há mais: nós temos Estados e Municípios que não pagam mais os salários em dia. Se não fosse a reforma da Previdência e se não fizermos a reforma administrativa, nós poderemos ter uma situação catastrófica no que diz respeito ao pagamento dos salários dos servidores públicos do País. Essa é a nossa realidade! Por esse motivo, nós temos que tocar e estamos tocando, sob a sua liderança, Sr. Presidente, a reforma administrativa.

Sr. Presidente, a reforma administrativa é muito simples de ser entendida. Ela não mexe em nenhuma vírgula dos direitos adquiridos dos atuais servidores. Esta foi uma exigência do Presidente Bolsonaro, do Ministro Paulo Guedes, de V.Exa. e de todos nós: não mexer nos direitos adquiridos dos atuais servidores. Agora, para o ano que vem, pós-reforma, nós criamos uma linha de corte radical, fundamental, necessária. Ou seja, para o ano que vem, só serão feitos concursos para cargos de carreiras típicas de Estado, aqueles que essencialmente têm poder de polícia.

E quanto aos demais cargos? Para os demais cargos, também haverá concurso, ao contrário do que a Oposição afirma - que serão indicados amigos, padrinhos políticos e que jamais haverá concurso -, mas com vínculo diferente, o chamado prazo indeterminado. Portanto, esses servidores concursados por prazo indeterminado terão uma condição muito similar à dos trabalhadores do serviço privado do Brasil. Ou seja, vão trabalhar 44 horas, não terão triênios, não terão licenças-prêmio, não terão progressões automáticas. Isso porque sabemos que no serviço público a grande maioria trabalha, produz, mas há um percentual que não faz nada! Há médico que atende cinco pacientes por dia, e há médico que atende 50. Portanto, com a nova reforma, promoveremos o que atende 50 pacientes por dia e puniremos aquele que atende cinco.

Os novos servidores, os por prazo indeterminado, não terão estabilidade no emprego. Não vejo nada de errado nisso. Vejo, sim, que estamos fazendo aquilo, Sr. Presidente, que os países desenvolvidos, que os países de primeiro mundo já fizeram há alguns

anos, há algumas décadas, adequando o serviço público aos novos tempos, à modernidade, que exige uma nova ótica, um novo conceito de serviço público.

Portanto, Sr. Presidente, nós estamos debatendo nas audiências públicas, buscando subsídios, mas, na CCJ, nós vamos tratar, pura e simplesmente, da admissibilidade, da condição legal, da fundamentação legal da PEC. E, pelo que estamos estudando, a PEC é constitucional, porque ela não fere nenhuma cláusula pétrea.

Sr. Presidente, na semana que vem, nós vamos protocolar o relatório e, com certeza absoluta, na Comissão Especial vamos aprofundar o debate sobre o mérito. E o nosso desejo é que, ainda neste primeiro semestre ou no início do segundo semestre, possamos votar a reforma administrativa, que tem o objetivo de modernizar o serviço público e de oferecer sobretudo um serviço de qualidade à população brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 5/57

32.2021.B	Sessão Outro Evento	11/05/2021-14:20
Publ.: DCD - 12/05/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Crítica a declarações do Ministro da Economia, Paulo Guedes, proferidas durante a discussão, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, acerca da alteração das disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa. Defesa da convocação do Ministro à Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público para maiores explicações.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, aconteceu de novo na Comissão de Constituição e Justiça: o Ministro Paulo Guedes foi lá falar da PEC 32/20, cercado da tropa de choque, mentiu, mentiu e fugiu, de novo. Agora isso virou moda. Toda vez que o Ministro Paulo Guedes vai lá, fala mentira e depois foge, é o Ministro fujão.

É claro que ele tinha que fugir. Ora, estávamos todos esperando o debate sobre essa Emenda Constitucional nº 32, de 2020, que desmancha, desmonta o Estado.

Há um vídeo do Ministro - recomendo que todos o vejam - que, inclusive, eu coloquei na minha página no Facebook. O Ministro mandou apagá-lo, e o Ministério da Saúde o fez, mas a Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado resgatou o vídeo, e o Facebook o enviou aos Senadores.

No vídeo, o Paulo Guedes fala um monte de absurdos, como sempre faz - depois que ele fala os absurdos, desmente-os, na cara dura, como fez hoje lá na Comissão de Constituição e Justiça. O Ministro disse que o setor público não tem capacidade de atender demanda alguma. Disse também que a área da educação não tem capacidade e que a universidade pública está virando um horror. Disse que a educação Paulo Freire está ensinando sexo para crianças de 5 anos. Depois, disse que há maconha, bebida e droga em grande quantidade circulando livremente nas universidades - isso tudo está em um vídeo que agora já se tornou público, que está lá na minha página no Facebook. Depois, ele disse que prevê o mesmo fenômeno com a saúde, porque não há capacidade de investimento, o Estado está quebrado. Em seguida, reclama que o povo quer viver 100 anos e quer procurar serviço público.

O Ministro disse claramente que essa Emenda Constitucional nº 32 é para retirar do setor público a capacidade de investimento do Estado e passá-la para o setor privado. Ele diz isso no vídeo, mas se arrepende depois, porque sabe que essa verdade que disse lá se virará, evidentemente, contra ele e o seu Governo. Aí, desdiz o que disse, faz uma confusão danada, mas mantém a mesma emenda constitucional.

Sr. Presidente, é muito feio o papel que fez esse Ministro hoje. Na hora do debate, ele corre, foge.

Olhem, eu acho que nós temos que requerer à Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público que o Ministro vá até a Comissão, porque ele não prestou os esclarecimentos de que se precisava. E os servidores públicos estão apavorados vendo os ataques que são feitos com essa emenda constitucional.

Muito obrigado.

Documento 6/57

32.2021.B	Sessão Outro Evento	11/05/2021-14:24
Publ.: DCD - 12/05/2021 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO



Sumário

Contrariedade da oradora à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, acerca da alteração das disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa. Crítica às declarações do Ministro da Economia, Paulo Guedes, proferidas durante a discussão da admissibilidade da matéria na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, demais Parlamentares, os quais cumprimento nesta sessão na tarde de hoje, gostaria de dizer que o Sr. Paulo Guedes, Ministro que até agora está falando, nesta Casa, na CCJ, da admissibilidade da PEC 32/20, é um vendedor de ilusão para este País.

Além de todas as mentiras já ditas com relação à PEC, este Governo Bolsonaro, que veio depois do golpe, em sequência ao Governo Temer, conta outras mentiras descaradamente: primeiro, disse que faria uma reforma trabalhista que resolveria o problema do emprego no Brasil; depois, disse que faria uma reforma da Previdência que resolveria o problema; e agora diz que fará uma reforma administrativa que também vai resolver o problema. Todas as reformas só prejudicaram a sociedade brasileira. Aumentou o desemprego e nenhuma estrutura nova foi criada para dizer "sim" à atual situação que vive o País.

Essa reforma administrativa talvez seja a mais perversa de todas, porque ela dá um salto para trás, ela volta na história, restabelece tudo que tínhamos superado. Deixamos o País mais transparente, com pessoas escolhidas para o serviço público através de concurso, com carreiras de Estado oferecendo, lá na ponta, serviços de qualidade - se o serviço não é tão qualificado, é porque Governos, em vários momentos da história, não passaram os insumos necessários para que os profissionais exercessem as suas funções. E agora vêm com esta maldade.

Num momento de pandemia, num momento em que os Deputados e Deputadas, em sua grande maioria, estão trabalhando remotamente, num momento em que a sociedade brasileira não pode adentrar a Casa do Povo para sentar e discutir, vem o Governo fazer discussão de uma PEC que quer criar, depois, o compadrio, o conluio, que visa permitir a quem está no plantão do Governo indicar os seus apaniguados para fazer o serviço público. O Governo se esquece de que em política de Estado tem que haver coerência. As carreiras dos servidores públicos servem à população e, lá na ponta, entregam o serviço que é responsabilidade do Estado. E vem Ministro chamar servidor de vagabundo, chamar professor de preguiçoso!

Então, nesse sentido, estamos realmente no fundo do poço. Temos que dizer "não" a essa PEC. É preciso fazer algum ajuste? Vamos discutir isso, com a população. Não vamos recuar naquilo que a nossa história já nos permitiu construir.

"Não" à PEC 32, porque ela não revoluciona nada, ela acaba com o serviço público!

Muito obrigada.

Documento 7/57

32.2021.B	Sessão Outro Evento	11/05/2021-14:52
Publ.: DCD - 12/05/2021 - REGINALDO LOPES-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Crítica à participação do Ministro da Economia, Paulo Guedes, em audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania destinada ao debate sobre proposta de emenda à Constituição acerca da reforma administrativa. Incapacidade do Ministro Paulo Guedes de apoio à alteração do sistema tributário do País para implantação de imposto progressivo sobre a renda e sobre o patrimônio.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, nobres colegas, povo brasileiro que nos acompanha pela *TV Câmara*, hoje pela manhã nós recebemos na CCJC o Ministro da Economia, Paulo Guedes.

Eu confesso que, no início do Governo Bolsonaro, eu imaginava que o Ministro Paulo Guedes fosse um técnico e que não pertencesse à ala ideológica, à ala olavista, bolsonarista, de fanáticos. No entanto, eu estava errado.

O Ministro Paulo Guedes já condenou o fato de as domésticas poderem ter acesso a aeroportos, condenou o Brasil que permitiu que filhos de porteiros, de padeiros e de pedreiros entrassem na universidade e atacou a melhoria da qualidade de vida da população brasileira, bem como a expectativa de vida do povo brasileiro, por achar inconcebível a longevidade para nossos idosos. Ele também atacou o principal parceiro econômico do País, a China, que neste momento é forte aliado no enfrentamento da COVID no Brasil.

É evidente, portanto, que este Ministro agora quer destruir o serviço

público. Atacar o serviço público significa, na verdade, atacar os direitos do povo brasileiro, da sociedade brasileira, e não o servidor público, que, mais uma vez, ele acusou de parasita.

No entanto, esse Ministro, que fala tão grosso, cheio de preconceitos contra os mais pobres, contra o serviço público, não tem a coragem, na pior crise do sistema federativo que nós estamos vivendo, na pior crise fiscal que nós estamos vivendo, de alterar nosso sistema tributário. Falta-lhe coragem, porque ele tem compromisso, na verdade, com os mais ricos, com os super-ricos.

Olhem o que Joe Biden está fazendo nos Estados Unidos: ele quer promover uma revolução no modelo econômico de baixo para cima. Sequer ele quer cobrar imposto da classe média americana, porque ele tem um foco: tributar o ganho de capital, tributar o patrimônio, tributar a renda.

Mas aqui no Brasil, esse mesmo Ministro Paulo Guedes fatiou a reforma tributária na intenção de regulamentar a maior cobrança de imposto sobre o consumo do planeta Terra: quer cobrar mais de 30% sobre o consumo, sem considerar cesta básica, medicamento, transporte coletivo, setores da economia que hoje têm renúncia fiscal.

Portanto, eu quero dizer que é lamentável que o Brasil tenha um Ministro da Economia que não tem coragem de mexer no sistema tributário, copiar, como ele muito gosta de dizer, a OCDE, os 34 países mais ricos do mundo, e implementar um imposto sobre renda e patrimônio.

Presidente, peço que seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* o meu pronunciamento.

Documento 8/57

32.2021.B	Sessão Outro Evento	11/05/2021-15:16
Publ.: DCD - 12/05/2021 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apresentação do Projeto de Decreto Legislativo nº 195, de 2021, para sustação dos efeitos da Portaria ME/SED/SG nº 4.975 sobre os procedimentos para a aplicação do limite remuneratório tratados no inciso XI e o § 10 do art. 37 da Constituição Federal sobre a remuneração, provento ou pensão percebidos cumulativamente por servidor, empregado ou militar, aposentado, inativo ou beneficiário de pensão e demais providências. Repúdio à reforma

administrativa proposta pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, queridos colegas Parlamentares, cumprimento todos os senhores.

Presidente, eu entrei, ontem, na Câmara dos Deputados, com um projeto de decreto legislativo para derrubar a portaria do Presidente Bolsonaro, a Portaria nº 4.975, de 2021, porque ela é ilegal.

Esta portaria é imoral e inconstitucional, por quê? Porque o Presidente Bolsonaro autoriza, juntamente com o Vice-Presidente e com outros Ministros de Estado, que eles recebam e acumulem salários acima do teto salarial, acima do teto constitucional. O teto constitucional hoje é de 39 mil reais. Este é o maior salário que alguém do setor público pode receber, mas Bolsonaro acha isso pouco.

Então, ele está se autorizando a acumular várias vantagens, vários salários, para ganhar mais do que isso. Entre Presidente, Vice-Presidente e Ministros, vai ter gente que vai ganhar 45 mil, vai ter gente que vai ganhar 50 mil, vai ter gente que vai ganhar 60 mil reais no Governo Bolsonaro, distribuídos ali para ele, Presidente, para o Vice e para os Ministros.

E, completar, Sr. Presidente, Bolsonaro se deixou fotografar neste domingo, na festa do Dia das Mães, com uma picanha japonesa - eu acho - cujo quilo, no Brasil, deve custar em torno de 1.800 reais. É isso que está sendo dito pelos frigoríficos.

Aí o Paulo Guedes vem à Câmara dos Deputados pedir para aprovarmos uma reforma administrativa, porque, segundo ele, servidor está cheio de privilégio. E pergunto: qual é mesmo o servidor da educação? Aponte-me uma única professora da educação no Brasil que está ganhando 40 mil, 50 mil, 60 mil reais. Aponte-me um servidor da saúde, um enfermeiro que está hoje de plantão enfrentando a COVID, que está ganhando 40 mil, 50 mil, ou que pode comprar uma picanha cujo quilo custa 1.800 reais, como Bolsonaro mostrou no seu churrasco do domingo.

Ora, parece que esse Ministro Guedes, o Presidente da República e os seus Ministros não têm vergonha na cara, porque com os salários de 40 mil, de 50 mil, de 60 mil, comprando picanha a 1.800 reais o quilo, vêm dizer que o servidor público é que tem privilégios?! Isso é rir da nossa cara, Sr. Presidente.

O Parlamento não pode se fechar a isso.

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 9/57

48.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/05/2021- CD	16:20
Publ.: DCD - 12/05/2021 - FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado, com vistas à aprovação, da Emenda do Senado Federal nº 2, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 146, de 2019, acerca da instituição do marco legal das startups e do empreendedorismo inovador; e da alteração das Leis de nºs 8.212, de 1991; 7.713, de 1988; 6.404, de 1976; 11.196, de 2005; e da Lei Complementar nº 123, de 2006. Atitude desrespeitosa do Ministro da Economia, Paulo Guedes, com os integrantes da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania durante debate da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre alteração das disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL vota "sim", Presidente.

Ao mesmo tempo em que nós acompanhamos essa emenda proposta pelo Senado que o PT destaca aqui, quero registrar a nossa inconformidade com o Ministro fujão. Mais uma vez Paulo Guedes fugiu. Nós o estávamos esperando na Comissão de Constituição e Justiça há semanas para um debate profundo com o Ministro da Economia sobre a Emenda Constitucional nº 32, que é uma reforma trabalhista do serviço público - aliás, é um escândalo, no meio da pandemia, querer votar um ataque dessa monta!

Mas qual não foi a nossa surpresa ao ver o Ministro, com 20 inscritos para falar, levantar-se de repente e dizer que tem um compromisso, e a Presidente encerrar a sessão. É preciso ter respeito com os Deputados e as Deputadas da Comissão de Constituição e Justiça. Acho lamentável que o Ministro da Economia tenha feito esse papel na Comissão.

A nossa orientação é "sim".

33.2021.B	Sessão Outro Evento	12/05/2021-13:36
Publ.: DCD - 13/05/2021 - MARÍLIA ARRAES-PT -PE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Aprovação pelo Senado Federal do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre a instituição do piso salarial nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira. Existência na Casa de proposição similar de autoria da oradora e do Deputado Reginaldo Lopes. Descaso do Governo Jair Bolsonaro com o enfrentamento da pandemia de coronavírus e com a vacinação da população contra a Covid-19. Luta da Oposição, no Congresso Nacional, em defesa dos direitos do povo brasileiro, dos servidores públicos e da preservação do meio ambiente. Contrariedade à privatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A - ELETROBRAS e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

A SRA. MARÍLIA ARRAES (PT - PE. Sem revisão da oradora.) - Obrigada e boa tarde, Presidente. Boa tarde a todos que nos ouvem, boa tarde a todos os colegas.

Gostaria de estar aqui, na tarde de hoje, comemorando, por exemplo, a aprovação do Projeto de Lei 2.564, de 2020, de autoria do Senador Fabiano Contarato. Aqui na Câmara tramitam alguns projetos parecidos, como o do qual sou coautora junto com o Deputado Reginaldo Lopes.

Gostaria de estar comemorando muitas conquistas que tínhamos para fazer, mas, nos últimos anos, tem sido cada vez mais distanciadas da população, e, o pior, com retrocessos que andam a galope, a passos largos, porque Bolsonaro não para de atacar o País, não para de atacar o Brasil.

Além da gestão desastrosa, que é vergonha no mundo, em relação à pandemia, a vacinação - cada vez mais, com a CPI da COVID, isto tem ficado atestado e provado - não era prioridade do Governo Federal, cuja política de morte já custou vidas de centenas de milhares de brasileiros. Há toda essa dificuldade para vacinar a população brasileira e a tentativa de sucatear o Estado nacional brasileiro cada dia mais, inclusive para tirar a esperança das pessoas.

Estão querendo retirar direitos, estão tirando comida do prato das pessoas, estão negando o direito da vacina. As pessoas estão

perdendo seus empregos, e o que falta é perder a esperança.

Estamos aqui nesta luta que travamos diariamente no Congresso, principalmente a bancada da Oposição, para dizer que não podemos perder a esperança num governo que está acabando com o meio ambiente, que quer fazer reformas que vão prejudicar o povo brasileiro como um todo, que está buscando acabar com o funcionalismo público sem cortar privilégios de verdade.

Tudo isso precisa ser denunciado, e nós precisamos fazer o papel de cidadãos, que é mostrar para cada brasileira e cada brasileiro o que está em jogo. Mas falta pouco. Falta pouco para que nas urnas possamos decidir qual o futuro que o Brasil quer. E é por isso que nós vamos dizer "não" à privatização da ELETROBRAS, "não" à privatização dos Correios. Vamos preservar o meio ambiente, vamos ter vacina para todos e vamos ter Bolsonaro fora da Presidência da República.

Gostaria de fazer constar meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 11/57

49.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 12/05/2021- CD	16:48
Publ.: DCD - 13/05/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Contestação de argumentos sobre o uso abusivo do instrumento da obstrução pelos partidos opositores. Vantagens para o regime democrático da obstrução de votações no Parlamento. Caráter espúrio do interesse da base governista na aprovação de projeto sobre alteração do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, em relação às medidas provisórias, nós tivemos 11, e só 2 sofreram obstrução; em relação aos PLs, nós tivemos 69, e só 15 sofreram obstrução; em relação aos PLCs, entre 4 projetos, só 1 sofreu obstrução.

A obstrução é um instrumento da Minoria, e assegurar os direitos da Minoria significa assegurar a democracia. O instrumento de obstrução

possibilita clarificar a discussão não apenas para os Parlamentares que aqui estão, como também para o conjunto da sociedade. Nós queremos que a sociedade entenda o que está acontecendo nesta Casa e entenda que esta mudança no meio do jogo, sem a discussão que seria necessária, através de um grupo de trabalho ou de uma Comissão Especial, tem o objetivo de acelerar uma pauta antinacional de privatização da ELETROBRAS, de privatização dos Correios e de reforma administrativa, que acaba com o Estado Democrático de Direito.

Documento 12/57

51.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/05/2021- CD	13:24
Publ.: DCD - 14/05/2021 - GERVÁSIO MAIA-PSB -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia da Abolição da Escravatura. Crítica ao Projeto de Lei nº 3.729, de 2004, sobre o licenciamento ambiental; regulamentação do inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; alteração das Leis nºs 9.605, de 1998, e 9.985, de 2000; e revogação de dispositivo da Lei nº 7.661, de 1988. Protesto contra a tentativa de quebra de acordo durante a apreciação, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, acerca da alteração das disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa. Fala do executivo da empresa Pfizer, Carlos Murillo, sobre a negligência do Presidente Jair Bolsonaro na aquisição de vacinas contra a Covid-19.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente, pela consideração e apreço.

Eu falava que esse 13 de maio seria muito bom se ele pudesse inspirar o Poder Legislativo em relação a uma semana tão dura que nós tivemos.

Esta matéria, o PL 3.729 - ontem foi votado o seu texto-base e hoje, os seus destaques -, retira do Estado brasileiro o acompanhamento das licenças ambientais diante de um País que está sem credibilidade no mundo todo, por conta da política equivocada e irresponsável em relação ao nosso meio ambiente, conduzida pelo Presidente Bolsonaro.

Ainda, Sr. Presidente, tem sido muito difícil a questão da PEC 32. Hoje, na Comissão de Constituição e Justiça, quase que nós tivemos um atropelo daquilo que tinha sido pactuado com a nossa Presidente Bia

Kicis. *(Falha na transmissão)* daquilo que nós conquistamos, Sr. Presidente, antes e durante a Constituição de 1988.

A questão, Sr. Presidente, foi a tentativa de intimidação em relação ao Supremo Tribunal Federal, o nosso guardião da Constituição, da nossa Carta Mãe. Nós vencemos essa questão na Comissão de Constituição e Justiça por um voto. Imagine limitarmos o guardião da nossa Constituição! Tudo isso durante esta semana.

A mudança no Regimento veio para impedir, para limitar o bom debate no Parlamento, na Casa do Povo, na Casa da Democracia. Ninguém nunca ouviu falar nisso, Sr. Presidente.

E ontem, nós escutamos, nós acompanhamos, o Brasil inteiro acompanhou, a fala do executivo da Pfizer, o Sr. Carlos Murillo, que falou que, no ano de 2020, durante todo o mês de agosto, a empresa insistiu com o Presidente Bolsonaro para que o Poder Executivo adquirisse 100 milhões de doses de vacina. Sabe, Sr. Presidente, *(falha na transmissão)* que o Sr. Carlos Murillo, que a Pfizer encaminhou ao Presidente da República.

E foi mais duro ainda, Sr. Presidente, quando nós tomamos conhecimento de que 700 mil pessoas poderiam ter sido vacinadas com a vacina da Pfizer no mês de dezembro. Quantas dessas pessoas, caso estivessem vacinadas, teriam sobrevivido a esse terrível mal, a essa terrível pandemia, que já ceifou mais de 420 mil vidas somente aqui no Brasil? É de uma irresponsabilidade, e nós não temos nem como quantificar isso, Sr. Presidente.

E pior do que isso: a negação à ciência. Nós assistimos a algumas falas de Deputados apaixonados pelo Presidente Bolsonaro, agora mesmo, agora de manhã. *(Falha na transmissão) ...que têm mostrado como tem sido difícil, Sr. Presidente, e como tem sido irresponsável o Governo do Presidente Bolsonaro com relação à pandemia.*

Se estivéssemos em outro País, Sr. Presidente, Bolsonaro não estaria mais sentado na cadeira de Presidente da República. Só lamento uma coisa: o Parlamento não está fazendo o dever de casa, o Parlamento está deixando a desejar, e muito, Sr. Presidente.

Não apenas estamos deixando de defender, de cuidar deste mal terrível, que é a pandemia da COVID-19, mas estamos voltando no tempo, estamos desmontando tantas conquistas que foram celebradas com muita luta, com muita determinação, ao longo de tantos anos.

Por isso, gostaria muito que este 13 de maio pudesse servir de inspiração aos 513 Deputados do Parlamento, para que possamos rever, na reunião do Colegiado de Líderes, o nosso comportamento, a

condução dos trabalhos no Plenário Ulysses Guimarães, a partir das próximas votações, Sr. Presidente, na semana que vem. Não dá para continuar como estamos, retrocedendo e em um caminho muito ruim para o futuro do Brasil.

Muito obrigado.

Documento 13/57

51.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/05/2021- CD	15:28
Publ.: DCD - 14/05/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Privilégios salariais na cúpula do Governo Federal. Crítica à proposta de emenda à Constituição sobre a reforma administrativa.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Só quero lembrar, Presidente, sobre essa questão do extrateto, que isso está para ser votado há muito tempo. E há muito tempo essa questão é discutida, inclusive em relação aos aposentados. Eu me lembro do caso do Hélio Bicudo.

Então, na verdade, o Bolsonaro e os militares... Há 6 mil militares ocupando cargos no Governo, e a maioria está na reserva. Nós temos um problema sério, porque eles abriram a brecha para a cúpula do Governo e mandaram para cá uma reforma administrativa que vai atingir 90% de professores, assistentes sociais, profissionais da saúde, médicos, enfermeiros. Isso é uma vergonha, é um contrassenso. Trata-se de privilégio, Sr. Presidente.

Documento 14/57

51.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/05/2021- CD	15:48
Publ.: DCD - 14/05/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da redação final do Projeto de Lei nº 3.729, de 2004, sobre o disciplinamento do processo de licenciamento ambiental. Desestruturação do Estado brasileiro pela Proposta de Emenda à Constituição

nº 32, de 2020, acerca da alteração das disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PCdoB, Sr. Presidente, tem a compreensão de que este projeto desregulamenta, este projeto faz o escancaro do licenciamento ambiental. Infelizmente, ele expõe o Brasil e terá um efeito reverso para os negócios do País no plano internacional.

Quero dizer que, na nossa visão, este projeto deve ser derrubado no Senado e, de preferência, ser considerado inconstitucional pelo Supremo, como ele de fato é.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, quero dizer que a reforma administrativa poderá piorar mais ainda o cenário. A tal Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, que será apreciada na CCJ e, depois, em Comissão Especial, além de desconstruir o Estado brasileiro, dá ao Presidente da República uma caneta imperial, com a qual ele poderá aniquilar qualquer autarquia, qualquer órgão, e ele odeia os órgãos ambientais, Deputada Joenia. Ele tem horror ao IBAMA, horror ao ICMBio, e poderá, com uma canetada só, mudar a arquitetura do setor público.

O PCdoB vota "não", com convicção.

Documento 15/57

35.2021.B	Sessão Outro Evento	18/05/2021-15:20
Publ.: DCD - 19/05/2021 - PROFESSOR ISRAEL BATISTA-PV -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Repúdio às declarações do Ministro da Economia, Paulo Guedes, a respeito da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Posicionamento do orador contrário à aprovação da matéria.

O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA (PV - DF. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente, pela gentileza de me chamar. Eu quero dizer que, na semana que passou, nós tivemos alguns debates sobre a reforma administrativa na CCJC, e a presença do Ministro Paulo Guedes naquela Comissão foi um desalento. Foi extremamente decepcionante, porque nós achávamos que o Ministro Paulo Guedes iria à Comissão de Constituição e Justiça e de

Cidadania para discutir a PEC nº 32, mas ele foi falar do país das maravilhas.

Ele falou de um texto que não existe. Ele falou que a reforma administrativa vem para melhorar o serviço público, mas o texto da PEC não traz melhorias. Ele disse que a PEC vem para dirimir as desigualdades no serviço público, mas o texto não fala sobre isso. O Ministro Paulo Guedes se esqueceu de dizer que esta é uma reforma que vem precarizar o trabalho dos servidores brasileiros. Ela não moderniza o serviço público, como ele deu a entender na CCJC, ela não traz nada sobre modernização do serviço público, ela não propõe nenhuma solução inovadora. É uma proposta de desmonte do serviço público.

A discussão da PEC nº 32 já começou errada, primeiro, porque começou com a vilanização dos servidores pelo Governo Federal, com o Ministro da Economia chamando-os de parasitas, com Paulo Guedes dizendo que iria colocar uma granada no bolso deles.

Depois, a PEC chegou ao Congresso sem informações. Nós não temos nenhum dado, nenhum relatório sobre o impacto fiscal da PEC, sobre o impacto que ela vai gerar na corrupção, porque ela vai aumentar as formas precárias de contratação. Ela não fala sobre o impacto da PEC na prestação de serviços à população brasileira.

Esta PEC favorece apadrinhamento político, amplia a contratação temporária e precária no serviço público e acrescenta o princípio da subsidiariedade, que é um desmonte do estado de bem-estar social, preconizado pela Constituição de 1988. A PEC nº 32 vai transformar a Constituição num verdadeiro Frankenstein, numa colcha de retalhos.

Esta reforma vai acabar com o percentual mínimo de cargos de liderança e assessoramento, que hoje são obrigatoriamente ocupados por servidores, e o Ministro Paulo Guedes tem a desfaçatez de dizer que os atuais servidores não serão atingidos pela PEC. Eu peço aos servidores que fiquem espertos, porque esta PEC vai atingi-los no peito.

Obrigado, Deputado Eduardo Bismarck, e parabéns pela Presidência.

Documento 16/57

54.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -20/05/2021- CD	12:56
Publ.: DCD - 21/05/2021 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC		
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO



Sumário

Desestruturação do Estado brasileiro pelo Governo Jair Bolsonaro. Venda das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Corte de recursos orçamentários das universidades federais. Prejuízos causados aos servidores públicos pela reforma administrativa. Fortalecimento do setor especulativo, pelo Governo Federal, em detrimento da área social.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Deputada Soraya. Eu tive que me dirigir ali para gravar na hora em que fui chamada. Então, queria agradecer muito por poder retomar a tribuna.

Quero registrar que esse discurso do Governo Bolsonaro e do Guedes de Estado mínimo está destruindo o Estado brasileiro.

Ontem, aqui, foi a vez de entregarem ao capital especulativo a maior empresa de energia do País. Isso me assusta muito, porque a energia é soberania. Nenhum país forte no mundo entregou ao capital estrangeiro a sua distribuidora de energia.

O próximo passo desse desmonte do Estado brasileiro, com esse discurso falso de que precisamos de um Estado mínimo, vai ser a reforma administrativa. Ela desmonta o serviço público brasileiro, desmonta a educação pública com as nossas universidades. Eu estou vendo a Universidade Federal do Acre com muita dificuldade de se manter atendendo a população e é a única universidade pública do Estado, mas o Governo tira dinheiro dela a cada mês. Vai desmontar a saúde e vai desmontar outros serviços no País. Isso é o que vai trazer a reforma administrativa.

É mentira quando o Governo diz que a reforma administrativa vai atingir apenas os futuros servidores. É mentira! Ela atinge os servidores atuais. Mas, mesmo que atingisse apenas os servidores que virão, também é muito grave, porque ela desmonta, ela reduz o tamanho do Estado.

Parece-me que a pandemia, que fez com que o SUS desse na cara daqueles que defendem o Estado mínimo, não foi suficiente para mostrar que foi o SUS que salvou muitas vidas no Brasil. Não salvou mais porque o Governo Bolsonaro recusou comprar vacina para botar no braço dos brasileiros.

Então, é preciso dizer isso claramente: o Governo Bolsonaro está destruindo a Nação, está destruindo o Estado Nacional, porque ele diminui o tamanho do Estado. Quando se diminui o tamanho do Estado, a população passa a pagar mais por saúde, a população passa a pagar mais por educação. E o dinheiro que deveria ir para o auxílio

emergencial - dinheiro que o Governo cortou. De 600 reais passou dar apenas 150 reais -, para a saúde, para a educação, vai todo para o bolso da iniciativa privada, vai todo para o bolso dos especuladores, dos grandes empresários.

Muito obrigada, Sra. Presidenta.

Documento 17/57

37.2021.B	Sessão Outro Evento	20/05/2021-09:52
Publ.: DCD - 21/05/2021 - ALENCAR SANTANA BRAGA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação da proposta governamental de reforma administrativa. Caos reinante no País em decorrência da crise sanitária. Omissão da Casa sobre a abertura da CPI do Meio Ambiente, para investigação de crimes praticados pelo Ministro Ricardo Salles. Necessidade de busca de solução para o pretendido despejo da organização não governamental Mata Ciliar, instalada na área administrada pela concessionária do Aeroporto Estadual de Jundiaí, Voa São Paulo, no Estado de São Paulo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, quero cumprimentá-la e cumprimentar os demais colegas Deputados que nos acompanham.

A boiada vai passando. Nesta Casa, neste ano, já passou a independência do Banco Central; já passou também o dito novo marco de licenciamento ambiental, que, na verdade, é uma autorização para o desmatamento; e hoje, na CCJ, querem iniciar a discussão da reforma administrativa, que também é um grande ataque ao serviço público, ao Estado brasileiro, aos servidores como um todo. Enquanto isso, o País vive esse caos, sem vacina, com centenas, milhares de pessoas ainda morrendo por conta da COVID.

Ao mesmo tempo, esta Casa não se manifesta sobre a CPI do meio ambiente, tão necessária e importante para investigar os crimes cometidos pelo Ministro Salles, que não são poucos: incentivou o desmatamento, apoiou a grilagem e o desmatamento ilegal, atacou o meio ambiente e perseguiu servidores públicos do IBAMA, de outros órgãos ambientais e do Ministério, que justamente estavam cumprindo suas funções.

Por isso, defendemos a necessidade e a importância desse tema e

pedimos o apoio aos demais colegas para que assinem o pedido de abertura da CPI do meio ambiente, para investigar os crimes do Ministro Salles.

Aproveitando o tema, eu queria aqui manifestar preocupação com o que está acontecendo na cidade de Jundiaí, no Estado de São Paulo. Lá há uma entidade ambiental, a Mata Ciliar, que cuida de animais silvestres há mais de 20 anos. Centenas de animais estão abrigados, numa área pública cedida pelo Governo de São Paulo.

Ocorre que, ao lado da Mata Ciliar, está o aeroporto estadual de Jundiaí, e a concessionária que administra o aeroporto quer tirar os animais do local. Eles estão ocupando um pedaço da área, onde há pequenas construções de apoio para o atendimento dos animais. Além de servir como uma área de proteção ambiental, há animais naquele local.

A Voa São Paulo, que administra o aeroporto de Jundiaí, nega-se a dialogar, nega-se a marcar agenda, dizendo que o assunto não é com ela. Porém, em contrapartida, vai lá e notifica a entidade para que deixe o local. Ora, é uma contradição imensa e é mais um ataque ao meio ambiente, é mais um ataque que se faz contra pessoas e entidades que querem justamente colaborar, de uma maneira voluntária, de uma maneira compromissada, de uma maneira altruísta, eu diria, preocupadas com a vida silvestre, para a proteção daqueles animais.

Esperamos que a Voa São Paulo e, da mesma maneira, o Governo do Estado estejam dispostos ao diálogo e percebam claramente que aquele trabalho está sendo feito ali há muitos anos, e é um trabalho respeitado por toda a comunidade.

Por isso, espero que nós possamos conjuntamente buscar uma solução, garantindo o uso daquela área pela Mata Ciliar, que vai ali proteger tantas vidas de tantos animais, que depois são soltos na natureza, no seu hábitat natural.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sra. Presidenta e colegas Deputados.

Obrigado.

Sumário

Posicionamento do orador contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Pedido aos Deputados de subscrição de abaixo-assinado contra a matéria.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidenta Rosângela Gomes, é um prazer ocupar a tribuna sob a presidência de V.Exa.

Eu trago hoje o assunto da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2021, chamada pelo Governo de PEC da reforma administrativa, mas que é o desmonte do Estado na prestação de serviços públicos. Na verdade, essa proposta pretende colocar para a iniciativa privada, para o mercado, também o orçamento da saúde, da educação e da prestação do serviço público.

Isso atinge não apenas os servidores, mas atinge também o conjunto da população, especialmente os mais pobres, que são os que precisam da escola pública, das creches; são aqueles que precisam das universidades públicas e também os que precisam dos centros de saúde, dos hospitais, dos SUS. Esses serão atingidos, porque, se a iniciativa privada passar a prestar esse serviço público - e a PEC permite isso no seu art. 37, em que faz essa mudança -, esses serviços poderão inclusive, no futuro, ser cobrados, como foi no Chile, o que levou a uma revolta tão grande, ou na Colômbia, onde as pessoas já não se aposentam, porque não têm aposentadoria pública, as pessoas não têm acesso aos hospitais, aos centros de saúde, porque não há saúde pública, sequer têm acesso à educação pública. Os que podem pagar pagam, os que não podem pagar ficam à míngua. É a lei do cada um por si e ninguém por todos, nem Deus por todos, porque não há o Estado, não há quem os socorra.

Essa é a PEC 32/21.

Hoje, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, foi adiada a discussão do texto. Isso nos dá um alívio, porque estava preparado o trator, aliás, é o tratoração, porque o tratoração aqui, segundo consta, envolve também articulações. E o Sr. Rogério Marinho, Ministro do Desenvolvimento Regional, vai ter que vir à Câmara explicar essa questão. Ele foi convocado a vir à Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público para explicar essas emendas paralelas e um orçamento

paralelo que existe, que talvez explique esse "tratoração" que está acontecendo aqui, em prejuízo sempre do serviço público e sempre em favor do mercado. Portanto, na Comissão de Constituição e Justiça foi

adiado para hoje. Os trabalhadores do serviço público e o nosso povo brasileiro ganharam um tempo para pressionar Deputadas e Deputados da CCJ.

Eu espero que essa PEC seja retirada de pauta pela Presidência da Casa, pela Mesa da Câmara Federal, que seja retirada. Não é possível, Deputada, discutir um problema tão grave em plena pandemia. Como é que nós vamos conversar com os Deputados e as Deputadas, fazer audiência pública com a presença das assessorias, dos sindicatos que estudam o assunto? Não é possível, na pandemia, fazer essa covardia com a Constituição brasileira, porque é uma mudança muito profunda. Ali se mexe com estabilidade, ali se mexe com concurso público, ali se mexe com a vida das pessoas, com as carreiras, com as promoções, com as progressões, ali eles querem colocar um servidor público de segunda categoria, aquele que terá apenas um prazo determinado, indicado por um Prefeito, por um Governador, pelo Presidente da República, e depois será descartado como lixo. Essa PEC 32 é um horror.

A Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, da qual eu sou um dos coordenadores, está com um abaixo-assinado, que peço a todos que procurem e assinem. Nós já temos quase 70 mil assinaturas. Queremos entregá-lo ao Presidente Arthur Lira e solicitar que durante a pandemia não se faça esse debate aqui na Casa, que ele seja feito com cuidado.

"Não" à PEC 32.

Documento 19/57

37.2021.B	Sessão Outro Evento	20/05/2021-10:04
Publ.: DCD - 21/05/2021 - JOÃO DANIEL-PT -SE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Repúdio à sanha privativista e à política ambiental do Governo Jair Bolsonaro. Contrariedade à aprovação da proposta governamental de reforma administrativa. Aplausos ao Poder Judiciário pela investigação do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Presidenta e demais colegas, nós gostaríamos de registrar que estamos acompanhando todo esse processo vivido no Brasil, a partir de uma visão que nós podemos compreender como a montagem do Governo

Bolsonaro, a história do Governo Bolsonaro, da base aliada que apoia o Governo Bolsonaro. Vivemos um período de desconstrução nacional. É novamente uma tentativa de tirar o sonho do povo brasileiro, o sonho dos grandes pensadores, a exemplo de Celso Furtado, de Darcy Ribeiro, de Florestan Fernandes, de tantos homens e mulheres que pensaram o Brasil pensando na soberania nacional, pensando no povo brasileiro.

Bolsonaro privatiza empresas importantes com a autorização do Congresso - não com a da nossa bancada, não com a da Oposição. Bolsonaro cria a autonomia do Banco Central. Até parece bonita a palavra: "autonomia" do Banco Central. Entregou o Banco Central para cinco grandes bancos nacionais e internacionais, para o sistema financeiro aumentar juros, ganhar mais dinheiro e destruir a possibilidade de termos grandes políticas públicas. Bolsonaro representa hoje, ele e seu Governo, aquilo que sempre foi dito na história do Brasil: os entreguistas, aqueles que não têm a compreensão de amor à Pátria e ao povo.

Registro o nosso repúdio ao ataque aos servidores públicos, ao ataque à questão ambiental.

Parabenizo a Justiça, que começa a ver, a enxergar ações desastrosas e criminosas de Ministros, a exemplo de Ricardo Salles.

Nós continuaremos firmes na Oposição, acreditando no Brasil e no povo brasileiro.

Queria que fosse transmitido, Presidenta, no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação da Casa, este pronunciamento.

O Brasil é um país rico. O Brasil pode dar, sim, ao seu povo o direito de ser feliz.

"Não" ao entreguismo!

"Não" à privatização!

"Não" ao ataque ambiental feito por este Governo!

Muito obrigado.

Sumário

Defesa de rejeição pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Desde o dia de ontem, estamos na Comissão de Constituição e Justiça, discutindo o relatório da PEC 32, que será logo mais votado.

Lamentavelmente, essa é uma proposta de punição aos servidores públicos do Brasil e de dificuldades crescentes para que a população, especialmente a população mais pobre, tenha acesso aos serviços públicos.

A PEC é uma incongruência do primeiro ao último artigo. Ela acaba com o Regime Jurídico Único; muda a forma de ingresso no serviço público; confisca os conceitos constitucionais de relação cotidiana no Estado brasileiro; cria princípios como o da subsidiariedade, que, na verdade, é uma abertura de porteira também para que o setor privado assuma as tarefas e as funções do serviço público; faz um *apartheid* entre os servidores, criando carreiras típicas e não típicas de Estado e as regulamentando antes de descrever quais são.

O relatório é uma lástima. A PEC é um retrato da desatualização do Sr. Paulo Guedes, anacrônico economista, sem nenhum prestígio entre os seus, que quer pegar o Estado brasileiro e jogar na lata do lixo, como fez com o Estado chileno, em que agora o povo se levanta e ergue a sua voz com uma nova Constituição, que retira esses conceitos do tempo de Pinochet aos quais o Sr. Paulo Guedes é aderente.

A verdade é que essa reforma administrativa faz do Brasil um país desregulamentado que volta à condição de subestado que existia antes da Constituição de 1988 e antes mesmo do período de Getúlio Vargas.

Os servidores estão indignados em todo o Brasil, porque a reforma atinge os atuais. E mentem deslavadamente quando dizem que a reforma não atinge os atuais. Atinge quando congela as carreiras, quando impede a progressão, quando coloca os servidores em carreiras que estão em extinção no serviço público. E isso tudo afetará também a paridade dos aposentados e o sistema sindical dos funcionários. Ele faz novamente uma reforma previdenciária e uma reforma trabalhista. Faz uma reforma previdenciária porque os típicos

ficarão no Regime Próprio, e os não típicos, no Regime Geral. Isso muda unilateralmente o contrato de trabalho.

Fique o Sr. Paulo Guedes sabendo que os servidores vão tentar tirar o FGTS, porque estão mudando de contrato de trabalho unilateralmente, mas não houve recolhimento de FGTS, porque os servidores eram estatutários. Realmente, essa é uma reforma risível e dramática ao mesmo tempo.

Finalizo, Sr. Presidente, dizendo que se votará lá na CCJ a admissibilidade, com o voto contra do PCdoB, mas teremos ainda a Comissão Especial, o Plenário desta Casa e o Senado para derrotarmos a reforma administrativa de Bolsonaro.

Muito obrigada.

Documento 21/57

38.2021.B	Sessão Outro Evento	25/05/2021-14:16
Publ.: DCD - 26/05/2021 - NILTO TATTO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Saudações aos agricultores brasileiros. Prioridade da Casa na votação de proposições contrárias aos interesses do povo brasileiro. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, a respeito da reforma administrativa. Reinclusão do Brasil no Mapa da Fome. Fechamento do restaurante popular Bom Prato, no Bairro do Grajaú, em São Paulo, Estado de São Paulo. Omissão da Casa na retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Suspensão da gratuidade no transporte coletivo para trabalhadores desempregados, aposentados e idosos na Capital paulista. Defesa de votação do Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre as medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, caros colegas Parlamentares, primeiro, eu quero aqui fazer a minha saudação aos agricultores, aos camponeses. Eu, que sou filho de agricultor, que também fui camponês até os 15 anos de idade, quero fazer a minha homenagem, neste dia de luta, a eles, que precisam muito de políticas públicas, das instituições públicas. Esta Casa, no entanto, acaba priorizando a votação de projetos que não são do interesse do povo brasileiro do campo ou da cidade, que não dialogam

com as reais necessidades desse povo.

Está na CCJ e logo deve vir ao plenário a PEC da reforma administrativa. Todos se lembram do resultado de se aprovar a Emenda Constitucional nº 95 - inclusive há muitos nesta Casa que aqui estavam na legislatura passada, quando ocorreu a aprovação -, que tirou toda a capacidade do Estado, do poder público, de fazer os investimentos necessários. E a PEC 32 vem para colocar uma pá de cal, para acabar a destruição de todo o serviço público.

Eu digo isso porque a insensibilidade do Governo Bolsonaro acaba se refletindo também aqui no Estado de São Paulo. Para vocês terem uma ideia, mesmo o País estando em plena pandemia, com 20 milhões de pessoas passando fome - o Brasil voltou ao Mapa da Fome -, o Governo Doria acaba de anunciar que vai fechar o Bom Prato do bairro do Grajaú, um dos bairros mais populosos e mais carentes da cidade de São Paulo, fazendo com que as pessoas que não têm a ajuda emergencial, porque esta Casa não vota, não prioriza a votação da ajuda emergencial de 600 reais, não tenham a possibilidade de se alimentar naquela unidade.

Para completar, mostrando um pouco sua insensibilidade, a Prefeitura de São Paulo, já no ano passado, também cortou parte do passe livre de desempregados, aposentados e estudantes em São Paulo. Isso mostra o quanto o Poder Executivo no Município de São Paulo, no Estado e no País está completamente fora da realidade do povo brasileiro.

Então, Presidente e caros colegas Parlamentares, vamos priorizar a pauta de interesse direto. No dia de hoje, seria muito importante que o primeiro item de pauta a ser votado fosse o Projeto nº 823, a Lei Assis Carvalho II, de apoio à agricultura familiar, tão fundamental para ajudar esses pequenos produtores a produzir alimento.

Presidente, eu gostaria que este pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

Documento 22/57

38.2021.B	Sessão Outro Evento	25/05/2021-14:36
Publ.: DCD - 26/05/2021 - LÍDICE DA MATA-PSB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de

2020, sobre a reforma administrativa. Reajuste dos vencimentos do Presidente da República e do núcleo militar do seu governo.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem, a tarde inteira, eu assisti ao debate da CCJC a respeito da PEC 32. Historicamente, eu tenho me relacionado com os servidores públicos brasileiros e, mais recentemente, tenho participado com eles dos debates a respeito deste assunto.

Sr. Presidente, essa PEC é inaceitável! Ela é inaceitável porque os servidores com experiência e formação é que vão acabar sendo substituídos por funcionários de confiança do Prefeito, do Governador e do Presidente da República. Quem vai pagar a conta é quem ganha menos e trabalha muito.

Funcionários que enfrentarem a corrupção e medidas ilegais tomadas por governantes poderão ser demitidos, assim como vimos acontecer no caso da transferência da Polícia Federal relacionada ao meio ambiente no Amazonas. Portanto, os funcionários que se colocarem contra medidas arbitrárias serão demitidos de pronto.

O Presidente da República vai poder extinguir órgãos técnicos à vontade por meio de decreto, sem que isso passe por consulta do Congresso Nacional. Esse daí vai ser rápido: vai ser apenas um bode na sala. Eu não posso imaginar que a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Congresso Nacional irão se colocar como servis de tal forma que suspendam suas próprias atribuições.

O mais grave, Sr. Presidente, é que este Governo, que faz isso inspirado em Paulo Guedes, que prometeu ao mercado financeiro acabar com o Estado brasileiro, acaba de aprovar novo aumento no teto dos salários, possibilitando salários de até 78 mil reais no Governo. O salário do Presidente da República vai de 30 mil reais para 41 mil reais. O General Braga Netto, coitadinho, de 39 mil reais, passa a receber 62 mil reais. O General Heleno, mais pobrezinho ainda, de 39 mil reais, passa a receber 63 mil reais; o General Ramos, de maior coturno, passa a receber 66 mil reais; e o General Vice-Presidente, de 39 mil reais, passa a receber 66,5 mil reais.

Ora, é muita cara de pau que um Governo com esta característica, um Governo que acabou de aumentar seu núcleo militar, venha dizer que os servidores públicos vão perder seus direitos e, inclusive, ter reduzidos, na prática, seus salários a médio prazo!

O congelamento da progressão nas carreiras, as carreiras que serão

extintas, tudo isso é contra o servidor...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 23/57

38.2021.B	Sessão Outro Evento	25/05/2021-14:52
Publ.: DCD - 26/05/2021 - PADRE JOÃO-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia da África e do Dia do Agricultor Familiar. Falecimento do ex-Vereador Divino Sabará, da Câmara Municipal de Congonhas, Estado de Minas Gerais. Realização de movimento contra o Governo Jair Bolsonaro, em Belo Horizonte. Falta de alimentos na mesa de 20 milhões de brasileiros. Convivência de Parlamentares com omissões e desmandos do Presidente da República. Protesto contra a privatização de empresas estatais. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicialmente, peço a V.Exa. que este meu pronunciamento seja divulgado pelos veículos de comunicação da Câmara.

Hoje é o Dia da África e o Dia do Agricultor Familiar. Mas hoje, para nós, também é um dia de dor, dia do passamento do companheiro Divino Sabará, que foi Vereador em Congonhas, alguém que sempre lutou pela igualdade racial e pelos direitos humanos.

Sr. Presidente, mesmo com o número de mortes e mesmo cientes da letalidade deste vírus, nós temos a consciência popular maior de que mais letal que este vírus é este Governo. Quando o Governo é mais letal que o vírus, a população tem que ir para as ruas, mas não com a irresponsabilidade de Bolsonaro, o genocida, que não usa máscara e provoca aglomerações.

Neste sábado 29, nós estaremos nas ruas. Aqui em Belo Horizonte, nós vamos nos concentrar, respeitando o distanciamento, às 10 horas, na Praça da Liberdade. Nós temos que conter o desmonte que está acontecendo neste País. A concentração será na Praça da Liberdade,

às 10 horas deste sábado.

Se vamos morrer, vamos morrer lutando em solidariedade aos médicos e a todos os trabalhadores da saúde que lidam diariamente com pessoas infectadas, que correm risco de vida, que colocam suas vidas e as vidas dos seus familiares em risco.

Sr. Presidente, eu testei positivo para o vírus em janeiro. Meu organismo não criou imunidade, não constituiu anticorpos, mas, mesmo assim, eu estarei nas ruas lutando, porque nosso povo está morrendo de fome. Há 20 milhões de brasileiros que passam fome!

Hoje, no Dia do Agricultor Familiar, lembro que os agricultores familiares estão abandonados, porque esta Casa também dá suporte ao genocida. Se há um genocida no Governo, é porque há quem o sustente. Muitos nesta Casa o sustentam, só pensam no entreguismo, na privatização e no sucateamento das empresas. Pensam em entregar as empresas, como fizeram com a ELETROBRAS, e em aprovar a PEC 32, que é um absurdo, uma crueldade com os servidores públicos. Querem aniquilar o Estado, querem diminuir o Estado para os pobres. No entanto, o Estado pode ser grande e poderoso para os grandes, para os banqueiros. Para estes o Estado vale! Para perdoar dívidas, o Estado vale. Para dar cobertura a ruralistas criminosos o Estado vale, e tem que ser forte.

É neste sentido que vamos às ruas.

Fora, Bolsonaro genocida!

Documento 24/57

38.2021.B	Sessão Outro Evento	25/05/2021-15:48
Publ.: DCD - 26/05/2021 - PROFESSOR ISRAEL BATISTA-PV -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Necessidade da realização de amplo debate da matéria pelo Parlamento brasileiro. Contrariedade à aprovação da propositura.

O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA (PV - DF. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Eduardo Bismarck.

Quero cumprimentar todos os Parlamentares aqui presentes.

Agora há pouco, foi aprovado na CCJ o relatório do Deputado Darci de Matos sobre a reforma administrativa. A aprovação foi por 39 votos favoráveis e 26 votos contrários.

Quero dizer que este Parlamento precisa se aprofundar nos estudos da reforma administrativa, porque os defensores da reforma estão falando sobre uma reforma que não está presente no texto apresentado pelo Governo.

O texto do Governo não entrega o que o Governo está dizendo que a reforma vai entregar. Ele não ataca os privilégios, por exemplo. É uma reforma que não condiz com a propaganda da reforma.

Nós tivemos uma nota técnica do Senado muito importante sobre a PEC 32 aqui da Câmara. É um estudo, elaborado pela Consultoria Legislativa do Senado, sobre a reforma, que revela alguns pontos muito preocupantes e que precisam ser levados em consideração, porque duas alterações propostas pela PEC 32 pioram a corrupção na administração pública. Primeiro, porque ela elimina as restrições que atualmente existem para a ocupação de cargos em comissão e funções de confiança; segundo, porque ela cria novas possibilidades para os contratos de gestão.

A PEC 32 também tem medidas que facilitam a captura do Estado por interesses privados. Ela amplia a possibilidade de contratação de pessoal sem concurso. As autoridades da administração terão domínio sobre a força de trabalho do setor público e vão poder nortear o Estado em benefício privado.

Então a PEC 32 é perigosa. Nós precisamos fazer uma análise apurada dessa proposta do Governo, uma análise de mérito muito bem-feita na Comissão Especial, porque todos os especialistas que têm compromisso com o setor público e com a oferta de serviços públicos no Brasil têm se mostrado preocupados com o texto da reforma do Bolsonaro. É uma reforma ruim. Talvez precisemos de uma reforma administrativa, mas a que esse texto apresenta não é uma boa reforma administrativa. Eu, que tenho analisado o tema desde o início do meu mandato, tenho dúvidas sobre se o texto da PEC 32 é corrigível de alguma forma.

É isso, Sr. Presidente. Muito obrigado pela palavra.

Publ.: DCD - 26/05/2021 - GLEISI HOFFMANN-PT -PR

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Protesto contra a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Contrariedade à aprovação da matéria pela Câmara dos Deputados.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR. Sem revisão da oradora.) - Presidente, colegas, este é mais um dia triste para a Câmara dos Deputados. Hoje foi aprovada, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a admissibilidade da proposta da reforma administrativa. Na semana passada, este Plenário aprovou a privatização da ELETROBRAS. É o ataque desenfreado ao Estado brasileiro, é a criminalização do Estado, do serviço público, daquilo que é público.

A reforma administrativa, que, sob o argumento do Governo, é necessária para corrigir distorções e combater privilégios, na realidade tira o papel do Estado, desde a indução do desenvolvimento econômico até a prestação de serviços públicos.

A nossa Constituição Cidadã tem pouco mais de 30 anos. Ela resgatou valores importantes para o papel do Estado: a prestação de serviço direta à população, através do Sistema Único de Saúde, de um sistema de assistência social, de um sistema de segurança pública, com educação. É exatamente sobre essa prestação de serviço que essa reforma administrativa incide. Dos mais de 11 milhões de servidores públicos existentes no Brasil, mais da metade ganham menos de 2.700 reais e quase metade desses faz prestação direta de serviço aos cidadãos, às pessoas, ao povo brasileiro. É sobre eles que a reforma incide, precarizando o contrato de trabalho, sob o falso argumento de que se gasta muito. Mexer em privilégios, que é bom, não mexeram. O Judiciário está intacto; o Ministério Público, intacto; o Tribunal de Contas, intacto; o Congresso Nacional, intacto; e os militares também, além de terem recebido aumento e promoções por antiguidade.

Isso não é uma reforma, é um atentado ao Estado!

Tiraram do Estado um dos seus principais papéis, que é exatamente o de promover políticas públicas na área econômica, ou seja, impedem a utilização de ferramentas fundamentais para o nosso desenvolvimento, como políticas industriais, valorização do conteúdo nacional, compras governamentais, subsídios financeiros.

Fico me perguntando: se não fosse o Estado brasileiro, como teria sido o desenvolvimento do Brasil? Lembremo-nos de Getúlio Vargas, das empresas estatais criadas, do fortalecimento da indústria nacional; de Juscelino Kubitschek ou até mesmo de Jango, que começou as reformas, tudo utilizando o papel e o poder do Estado.

Estamos na contramão da história. Enquanto os americanos estão fazendo o Estado forte, de intervenção na economia com investimentos, e a Europa também, o Brasil está entregando sua riqueza à iniciativa privada. É lamentável que nós estejamos fazendo parte dessa história. Espero que logo, logo esta Casa volte a discutir essa matéria.

Obrigada, Presidente.

Documento 26/57

38.2021.B	Sessão Outro Evento	25/05/2021-16:32	
Publ.: DCD	- ZECA DIRCEU-PT -PR		
26/05/2021 -			
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	APRESENTAÇÃO PROPOSIÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Natureza vexaminosa e falaciosa de depoimentos prestados por membros do Governo Jair Bolsonaro à CPI da Covid. Saturação de leitos de UTIs nas unidades de saúde paranaenses. Contrariedade à votação pela Casa de proposições alheias à epidemia de coronavírus. Necessidade de apoio financeiro aos pequenos empresários, agricultores e trabalhadores para enfrentamento da crise gerada pela Covid-19. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Contrariedade à privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT e das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR. Sem revisão do orador.) - *(Falha na transmissão)* que nos acompanham pela *TV Câmara* e pela *Rádio Câmara*.

Tenho que trazer aqui, novamente, a minha indignação diante da maneira com que o Governo conduz - ou deixa de conduzir, na verdade - a pandemia, principalmente com a postura mentirosa, cretina e irresponsável dos integrantes do Governo que vão até a CPI. O que nós vimos hoje é vergonhoso. São mentiras e teses falsas mais uma vez permeando os depoimentos de integrantes do Governo na CPI.

Enquanto isso, a população padece sem vacina. Aqui no Paraná, acabamos de atingir a triste marca de mil pessoas aguardando leitos de UTI e leitos de enfermaria, sem atendimento adequado na rede hospitalar. E o Governo Federal faz de conta que não está acontecendo nada.

Eu defendo e insisto que nós, Deputados e Deputadas, não tenhamos a mesma postura. Nós não podemos fazer de conta que não está acontecendo um genocídio no País. Nós não podemos continuar votando, na Câmara dos Deputados, pautas que não dizem respeito ao enfrentamento da pandemia. Cadê o apoio ao pequeno agricultor, ao pequeno empresário? Cadê o apoio a 30% da população brasileira que precisa do auxílio emergencial, mas não está recebendo nenhum centavo e passa fome?

O Congresso Nacional e, em especial, a Câmara dos Deputados têm que se ocupar com esses temas. Não aplaudirmos o avanço, por exemplo, de uma pauta como a da PEC da Reforma Administrativa, a destruição da Constituição cidadã, um ataque não aos servidores públicos apenas, mas ao serviço público.

Nós não podemos aceitar que prosperem propostas constitucionais como a que tenta vender os Correios, empresa que dá lucro; propostas como a que acabou de avançar na Câmara e tem que ser paralisada no Senado, que tenta vender uma empresa pública como a ELETROBRAS, que também dá lucro.

Espero que a CPI da COVID, com a postura do Senado, com o enfrentamento que está sendo feito lá, chegue aqui na Câmara dos Deputados, para que tenhamos a nossa CPI e haja capacidade de enfrentamento real das necessidades do País.

Documento 27/57

38.2021.B	Sessão Outro Evento	25/05/2021-16:36
Publ.: DCD - 26/05/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Alcance da marca de 450 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Ações do Presidente Jair Bolsonaro contra a educação, o meio ambiente e o patrimônio público nacional. Desrespeito do Presidente da República à Constituição Federal. Tentativa do Chefe da Nação de apropriação do Estado brasileiro. Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Protesto contra o reajuste dos vencimentos de

Ministros de Estado.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - O Presidente da República, logo que foi eleito, disse que vinha para destruir, e está mostrando isso todos os dias ao destruir a vida do povo brasileiro, porque nós temos um genocídio em curso. São mais de 450 mil pessoas que partiram. Quem parte é sempre o amor de alguém.

Ele quer destruir o patrimônio público, destruir a educação, destruir as florestas e, agora, destruir a Constituição brasileira! Quer destruir a Constituição brasileira! A Constituição brasileira é a tentativa do Brasil de fazer o luto de um período extremamente traumático da nossa história. E ela tem princípios, tem fundamentos: da não discriminação, da soberania, da cidadania, do bem-estar social. É uma Constituição que assegura o estado de proteção social, porque nós precisamos de serviços públicos. Este País tão marcado, com tantas marcas na pele e na alma, de tantos anos de escravidão, de tantos períodos traumáticos, precisa de políticas públicas, para que nós possamos fechar esse ciclo.

E aí o Governo Bolsonaro quer se apropriar do Estado, quer acabar com o concurso público. Dos cinco vínculos estabelecidos, três não realizam concurso público. Aliás, ampliou-se a função dos comissionados, que podem assumir funções técnicas. É o velho "quem indica", o governante apropriando-se do Estado - do Estado!

Por isso, este Governo demite, exonera o Superintendente da Polícia Federal do Amazonas. Ali se atestou que nós temos, no Ministério do Meio Ambiente, um criminoso, um criminoso!

Ele quer se apropriar do Estado para que o Estado possa lhe beneficiar. Acaba com a estabilidade. Ainda, nos cargos permanentes, há um tal de vínculo de experiência, em que as pessoas podem ser demitidas, inclusive assumindo, durante anos, função de Estado.

Portanto, nós estamos vivenciando uma tentativa de matar o Estado de proteção social, o Estado do bem-estar social para transformá-lo num Estado do bem-estar empresarial, porque o Estado vai poder fazer tudo com todo tipo de negociações com a iniciativa privada. Este mesmo Governo, este Governo, quer calar o Poder Legislativo.

É preciso dizer "não" a essa deforma de um Presidente que ataca servidores, mas aumenta em dez vezes o valor da inflação os salários de Ministros, para mais de 60 mil reais.

É um absurdo!

38.2021.B	Sessão Outro Evento	25/05/2021-16:40
Publ.: DCD - 26/05/2021 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Saudações aos trabalhadores rurais maranhenses, em nome da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão - FETAEMA. Defesa de aprovação pela Casa de proposições de amparo à agricultura familiar, diante da epidemia de coronavírus. Contrariedade à privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT e das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, neste 25 de maio, eu queria saudar os trabalhadores e as trabalhadoras rurais do meu Estado, o Estado do Maranhão, em nome da Diretoria da FETAEMA, da nossa Presidenta Ângela, e reivindicar que projetos que asseguram medidas emergenciais, em razão da pandemia, sejam pautados e aprovados nesta Casa.

Não é possível, Sr. Presidente, que 17 milhões de brasileiros e brasileiras que vivem da agricultura familiar estejam sofrendo em razão da pandemia. Várias categorias já foram beneficiadas com muita justiça, mas não é possível que esta categoria tão importante, que assegura e garante o pão de cada dia na mesa de cada um de nós, pelo suor do rosto de cada um e de cada uma, seja simplesmente esquecida.

Aliás, este é um tema que nós temos que pautar nesta Casa. Estão dizendo que, neste momento, o mais importante é vacina no braço e comida no prato. E quem garante comida no prato se não os trabalhadores e as trabalhadoras da agricultura familiar?

Nós temos que pautar esses temas nesta Casa e não os temas que nada têm a ver com o enfrentamento da pandemia e só trazem mais problemas para o povo brasileiro, a exemplo da privatização da ELETROBRAS, que não tem nada a ver com o enfrentamento à pandemia, ou dos Correios, ou, agora, para piorar, a aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça, da PEC 32, que desmantela, de uma vez por todas, o serviço público no Brasil para acabar com a

estabilidade do servidor público.

A que ponto nós chegamos? Quanto retrocesso! Foram conquistas da cidadania brasileira a estabilidade do servidor, o concurso público, que, agora, querem transformar em seletivos. Tudo isso para precarizar o serviço público, tudo isso para favorecer o mercado financeiro, para dismantlar e prejudicar ainda mais o exercício da cidadania, já tão difícil em razão desta pandemia.

É lamentável essa aprovação, mas nós não desistimos. Nós vamos prosseguir na luta: temos a Comissão Especial, temos o Plenário da Câmara, temos o Senado. Vamos aonde for. A população está reagindo, os servidores públicos e a sociedade brasileira não aceitam esse ataque violento contra o povo brasileiro.

Eu queria, Sr. Presidente, que esta fala fosse registrada e divulgada pelos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 29/57

38.2021.B	Sessão Outro Evento	25/05/2021-17:08
Publ.: DCD - 26/05/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Congratulações aos Deputados opositores, membros da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela luta empreendida contra a retirada de direitos dos servidores públicos. Anúncio de realização, pela Frente Brasil Popular e pela Frente Povo sem Medo, de manifestações no País contra o Governo Jair Bolsonaro.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar, eu queria cumprimentar todos os membros da Oposição que integram a Comissão de Constituição e Justiça, pois fizeram uma dura batalha contra a retirada de direitos dos trabalhadores, dos servidores públicos deste Brasil.

Paulo Guedes é um farsante, que diz que vai economizar até 450 bilhões de reais, mas não apresentou nenhum número.

Eles estão acabando com o serviço público republicano no nosso País, que precisa do concurso público, do Regime Jurídico Único e da

estabilidade. Nós sabemos que o que eles querem, de verdade, é jogar o povo contra o Estado brasileiro. O Brasil precisa de mais Estado. O Brasil precisa, na verdade, no momento, é de um orçamento de guerra, para ter mais vacina, para ter auxílio emergencial, para garantir emprego, para distribuir renda.

É por isso que nós estamos, neste momento, divulgando que a Frente Brasil Popular, a Frente Povo sem Medo e todos aqueles que lutam contra este Governo que pratica o genocídio no nosso País vão às ruas no Brasil inteiro e, aqui em São Paulo, em frente ao MASP. Por quê? Porque está na hora, mesmo com todos os cuidados, com todos os protocolos de saúde, como distanciamento e uso de máscara. O bolsonarismo está matando mais do que o vírus. Mata de desemprego, de fome e por propor a contaminação por imunidade de rebanho, que está sendo denunciada na CPI todos os dias, ao acusar as mentiras que nós estamos vendo ali a cada dia que passa - hoje, está ouvindo a Capitã Cloroquina. Então, este é o momento de irmos para a rua demonstrar a enorme indignação do povo brasileiro com tanta desídia, com tanto descaso, com tanta perversidade.

Em vez de responder à pandemia e ao desemprego, o Presidente passeia de moto, sem máscara, junto com o ex-Ministro da Saúde, contaminando outras pessoas.

Neste momento, eu entendo que é hora de o Exército brasileiro mostrar a cara e dizer que não é mais possível se falar em ditadura, em AI-5, em tortura e apoiar Bolsonaro e Pazuello. É preciso puni-lo como exemplo.

No dia 29, todos às ruas para demonstrar a indignação com o genocídio que se pratica contra o povo brasileiro!

Obrigado, Presidente.

Documento 30/57

38.2021.B	Sessão Outro Evento	25/05/2021-17:12
Publ.: DCD - 26/05/2021 - JOSÉ RICARDO-PT -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Prioridade do Parlamento brasileiro nas ações de enfrentamento da epidemia de coronavírus e seus efeitos. Necessidade de conclusão do Residencial Parintins, no Município de Parintins, Estado do Amazonas. Contrariedade à privatização de empresas estatais e à reforma administrativa. Protesto contra a determinação

do Governador Wilson Lima de retomada das aulas presenciais. Imediata vacinação dos profissionais da educação no Estado do Amazonas.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Eu queria dizer, primeiramente, que nós temos que definir o que é prioridade no Parlamento brasileiro. Eu estou entendendo que a prioridade é enfrentar o coronavírus e a COVID; é enfrentar esta pandemia que já matou 450 mil pessoas - aqui no Estado do Amazonas, quase 13 mil pessoas já perderam a vida.

Então, a prioridade é exatamente garantir a vida das pessoas e a vacinação - o Brasil chegou à média de 20%, só, de pessoas que receberam a primeira dose da vacina, e a menos de 10% de pessoas que receberam também a segunda dose. Prioridade é o auxílio emergencial de 600 reais. Prioridade é o auxílio às micro e pequenas empresas. Prioridade é gerar emprego construindo casas, tendo projetos habitacionais, como é o caso do Residencial Parintins, no Município de Parintins, que espera a conclusão das obras de construção de quase mil casas, às quais o Governo atual simplesmente não deu continuidade.

Prioridade, portanto, é a vida. Não é a privatização dos Correios, da PETROBRAS, da ELETROBRAS, da DATAPREV. Não é a reforma administrativa, para atingir os funcionários públicos, ameaçar a estabilidade, o emprego e, portanto, a vida dos servidores públicos. A prioridade, portanto, é a vacinação; é cuidar das pessoas, e não fazer o que o Governo está fazendo.

Aqui no Amazonas, nós queremos denunciar a situação da volta às aulas. O Governo do Estado impôs que, desde o dia 19 de maio, as aulas voltassem, sem garantir a segurança dos professores.

Professores do Município de Itacoatiara me fizeram, hoje, um relato acerca da situação precária em que trabalham. Por quê? Porque eles querem um retorno seguro. Querem trabalhar, mas só receberam a primeira dose da vacina. Eles querem ao menos uma janela mínima de proteção, de prevenção, que o Governo não oferece. Eles querem que seja garantida também a testagem dos estudantes e que os demais colegas que trabalham na escola sejam vacinados.

Os professores estão preocupados, porque a pandemia não acabou. No Município, dobrou o número de pessoas internadas na Sala Rosa em situação mais grave. Este é também o relato de pessoas de outros Municípios, como Manacapuru, Tefé e vários Municípios do interior.

Os professores estão alarmados com essa imposição do Governador Wilson Lima. Ele é apoiador do Bolsonaro e também, com certeza, tem a sua parcela de responsabilidade pelas quase 13 mil mortes aqui no Estado do Amazonas.

Portanto, a vacinação é urgente.

Volta às aulas com segurança, para garantir a vida dos professores e dos trabalhadores da educação!

Gostaria que meu discurso fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*, Presidente.

Documento 31/57

38.2021.B	Sessão Outro Evento	25/05/2021-17:28
Publ.: DCD - 26/05/2021 - HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Desconexão entre as alegações do Governo Jair Bolsonaro sobre a inexistência de recursos para o restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais e amparo às pequenas e microempresas, e à farra promovida com o dinheiro público e o orçamento secreto. Retirada de direitos dos servidores públicos pela Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Protesto contra a privatização de bancos oficiais e de empresas públicas. Postura irresponsável do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Descaso do Presidente da República com o serviço público.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados que acompanham esta sessão e todos aqueles que nos acompanham pela *TV Câmara*, neste período da pandemia, nós temos visto como este Governo é insensível à vida do povo brasileiro: não há recursos para o auxílio emergencial de 600 reais, não há o montante de recursos necessários para a pequena e a microempresa, mas há proposta de reformas que retiram direitos dos trabalhadores. A exemplo da reforma da Previdência, que reduziu direitos previdenciários, agora o Governo apresenta a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, que é um absurdo, é um atentado, é um crime contra os servidores públicos, porque retira direitos e precariza os serviços públicos. O Governo alega que não tem dinheiro, mas está fazendo farra com o dinheiro público, está fazendo farra com o orçamento secreto. Três bilhões de reais estão sendo

distribuídos para Deputados da base aliada e para Senadores também. Estão distribuindo esses recursos nos Estados, para garantir aqui a aprovação de absurdos contra o povo brasileiro.

O Presidente está fazendo farra, quando libera, a partir do Banco Central, 1,2 bilhão de reais para os grandes bancos do nosso País. O Governo faz farra, quando gasta recursos públicos no carnaval, nas férias e até para fazer atos políticos no Rio de Janeiro. É um Governo que não prioriza a aquisição de vacinas, porque acredita na imunidade de rebanho. E é o Governo que está gastando muito - gastando muito - com os absurdos que são praticados aqui no Congresso Nacional.

Nós precisamos, nobres Parlamentares, fazer esta denúncia, porque o Governo que se diz um governo do povo é um governo contra o povo, é um governo que promove reformas, que quer vender o patrimônio público brasileiro, que quer vender a ELETROBRAS, os Correios, a Caixa Econômica, o Banco do Brasil, para torrar o dinheiro público com o orçamento secreto, com gastos absurdos, quando nós deveríamos, Sr. Presidente, estar todos aqui empenhados - empenhados todos os dias - para ter mais vacinas. Mas o Presidente da República prefere promover aglomerações, andar sem máscara, dar mau exemplo para o mundo. Estão aí as pequenas e microempresas à míngua, porque não têm crédito, porque a burocracia é grande. Estão querendo vender todo o nosso patrimônio e promover o fim do serviço público no Brasil, precarizando-o.

E é bom que o povo saiba que, se for aprovada a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, quem vai sofrer é quem procura o SUS, é quem precisa de escola pública, é quem precisa da assistência social! É um crime contra as políticas públicas, contra o serviço público no nosso País. O Governo gasta dinheiro, faz farra com dinheiro público, mas não faz investimentos para salvar a vida do nosso povo.

Sr. Presidente, peço que seja registrado no programa *A Voz do Brasil* o meu pronunciamento.

Documento 32/57

38.2021.B	Sessão Outro Evento	25/05/2021-17:32
Publ.: DCD - 26/05/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Protesto contra a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de

2020, sobre a reforma administrativa. Posicionamento da oradora contrário à aprovação da propositura pela Câmara dos Deputados.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o que me traz a esta fala neste momento é a tragédia que ocorreu na Comissão de Constituição e Justiça, hoje pela manhã. O último ciclo, o último período no Brasil foi marcado por vários passos que representam o desmonte do Estado brasileiro, e esses foram passos dados. A justificativa era de que, com esses passos, a vida do povo brasileiro iria melhorar.

Falavam isso à altura da reforma trabalhista. Falavam isso, quando aprovaram o teto de gastos para a saúde, a educação e a assistência. Falaram isso, quando infelizmente aprovamos - e não com o nosso voto - o desmonte da Previdência pública. Falaram isso, quando da aprovação da autonomia do Banco Central. Falaram isso, quando da aprovação da PEC 186/19. Falam isso toda vez que querem aprovar a privatização de bens públicos, como a dos Correios, como a da ELETROBRAS, que aconteceu na última semana, lamentavelmente, nesta Casa. E estão falando que é fundamental aprovar a PEC 32/20, a reforma administrativa no Brasil, para ter dinheiro para o auxílio emergencial, para ter dinheiro para o povo. Hoje, na CCJ, inclusive, falaram que o Estado brasileiro é um fardo, quando se referirem ao tamanho do Estado brasileiro.

Eu queria dizer que todos esses passos geraram mais empobrecimento no Brasil, causaram mais dor para o povo brasileiro. Desde 2012, nós temos um recorde de desemprego no Brasil de mais de 14 milhões de pessoas, Sr. Presidente. Lamentavelmente, nos últimos 2 anos, no cenário que estamos vivendo, houve aumento das pessoas que passam fome no Brasil, esse índice chega a mais de 27% da população. E triplicou, nos últimos 6 meses, o número de pessoas que vivem na pobreza no Brasil. Estamos falando dos trabalhadores do iFood e da Uber, da trabalhadora doméstica, desses todos que usam o serviço público, que vai ser desmontado com esse ataque ao funcionalismo perpetrado por essa reforma administrativa.

É lamentável que, no meio de uma pandemia, trabalhadores, servidores sejam atacados, e os usuários do serviço público, que são os mais precarizados no Brasil, estejam tendo seus direitos constitucionais enfrentados. É lamentável que esta Casa esteja sendo palco de tantas medidas antipovo, como a PEC 32/20.

Publ.: DCD - 26/05/2021 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é lamentável o que nós estamos assistindo neste momento: uma reforma administrativa que vai causar ainda mais danos aos serviços públicos. Estão passando uma boiada no serviço público com essa PEC.

Existe todo um reforço aos privilégios. Esqueceram que eles vão criar apenas um mínimo de castas que não poderão jamais atender ao serviço público de qualidade, como é necessário.

Sr. Presidente, é de doer.

Nós estamos numa pandemia e sabemos como têm sido os esforços desses servidores e servidoras públicos, ainda que o SUS esteja sucateado, ainda que a educação esteja sendo sucateada, ainda que as nossas estatais estejam sendo sucateadas. Estão privatizando as nossas estatais e prejudicando cada vez mais trabalhadores e trabalhadoras qualificadíssimos para os serviços que hoje prestam à Nação brasileira. Esses são os prejudicados.

Noventa por cento deles vão ficar sem os benefícios necessários. Eu pergunto, Sr. Presidente: como tipificar 10% de servidores como sendo do Estado? Vamos entregá-los a quem? À iniciativa privada? Ou eles vão trabalhar, como servidores públicos, sem terem seus direitos garantidos, sem terem direito ao Regime Jurídico Único, sem terem direito à estabilidade? Nós temos mais de 140 milhões de servidores e de brasileiros que precisam de serviços de atendimento público do Estado, tanto na educação quanto na saúde.

Então, não é possível que haja uma PEC que traga para o Brasil... É de se estranhar que a política econômica de Paulo Guedes, muito parecida com a política de Bresser, venha prejudicar cada vez mais os servidores públicos.

Hoje, esses que nos prestam serviços até agora, que estão nos prestando serviços até agora...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 34/57

55.2021	Sessão	Deliberativa	25/05/2021-18:08
	Extraordinária - CD		
Publ.: DCD	- ALENCAR SANTANA BRAGA-PT -SP		
26/05/2021 -			
CÂMARA	DOS	ENCAMINHAMENTO	DE
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	VOTAÇÃO	
		DISCURSO	

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.024, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 14.034, de 2020, com vista à prorrogação do prazo de vigência de medidas emergenciais destinadas à aviação civil brasileira, em face da epidemia de coronavírus.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, colegas Deputados e Deputadas, nós estamos votando mais uma medida provisória, apesar de a Casa estar funcionando de forma híbrida, com Deputados presentes no plenário e outros acompanhando a sessão pelo sistema virtual. E mesmo as Comissões Permanentes, grupos de trabalho e Comissões temporárias estão funcionando também de maneira híbrida, com alguns Deputados participando presencialmente, como aconteceu hoje foi na CCJ, onde, tristemente, aprovou-se a PEC da reforma administrativa, e outros acompanhando também pelo sistema virtual.

Mas, Deputado Odair Cunha, para as medidas provisória até agora não conseguimos ter a Comissão Mista instalada, para que ali Deputados e Senadores pudessem fazer o debate da matéria, Líder Bohn Gass, para que ali pudessem ser feitas audiências públicas, para que ali se pudesse debater o assunto e, eventualmente, chegar a um texto aprimorado, bem melhor e de comum acordo deste Parlamento, tanto na Câmara quanto, eventualmente, no Senado. Mas não! Vamos votar mais uma MP sem ser instalada a Comissão Mista, sem que tenha havido debate prévio, e vamos apreciar a matéria diretamente aqui no plenário.

E temos outras MPs urgentes que também necessitariam de debate também nesta Casa, Deputado Veras, como, por exemplo, a MP do

auxílio emergencial, Deputado Zé Neto.

Onde está a MP do auxílio emergencial, para que este Parlamento faça o debate sobre ela? Estão dizendo pelo jornal que há interesse na prorrogação do auxílio emergencial, mas não querem trazer o debate para cá porque sabem que se ele for a voto, Deputado Bohn Gass, o auxílio não será somente de 150 reais a 250 reais. Nós teremos um auxílio de, no mínimo, 600 reais para atender, de fato, a necessidade do nosso povo, de forma a garantir o mínimo para a sobrevivência. Mas nós estamos pulando a ordem de votações. E é por isso que queremos a retirada de pauta desta MP.

Não tem sentido pularmos a ordem de votação das MPs sem debate nas Comissões, e ainda numa MP que tem jabuti, numa MP que tem conteúdo diverso inserido nela.

Senhoras e senhores, observem bem esta MP. Ela era tão somente sobre uma simples prorrogação do direito de reembolso de passagem aérea pelos consumidores, mas estão colocando ali um jabuti, e é um jabuti grande, não é pequeno, é um jabuti gigante. Observem bem esta MP. A quem será que interessa esse jabuti?

Por isso...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 35/57

55.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-25/05/2021-
	CD	19:08
Publ.: DCD - 26/05/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da discussão da Medida Provisória nº 1.024, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 14.034, de 2020, com vista à prorrogação do prazo de vigência de medidas emergenciais destinadas à aviação civil brasileira, em face da epidemia de coronavírus. Defesa de votação da Medida Provisória nº 1.039, de 2021, relativa à instituição do auxílio emergencial para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus. Protesto contra a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da

proposta governamental de reforma administrativa.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PSOL orienta o voto "sim", especialmente porque, neste momento, nós entendemos que a prioridade deste Parlamento deveria ser garantir um auxílio emergencial digno para o povo brasileiro. Isso significa pautar a MP 1.039, que, infelizmente, não é prioridade para o Governo, não é prioridade para os Deputados e as Deputadas desta Casa - pelo menos, para a maioria deles. Aliás, hoje, infelizmente aprovaram na CCJ a reforma administrativa, que destrói os serviços públicos neste momento.

Portanto, o PSOL mantém a proposta de adiamento da discussão da matéria.

Muito obrigada.

Documento 36/57

55.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 25/05/2021- CD	19:36
Publ.: DCD - 26/05/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Medida Provisória nº 1.024, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 14.034, de 2020, com vista à prorrogação do prazo de vigência de medidas emergenciais destinadas à aviação civil brasileira, em face da epidemia de coronavírus. Repúdio ao Governo Jair Bolsonaro.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Obviamente, nós somos favoráveis à prorrogação do prazo no que diz respeito à possibilidade de reembolso, à possibilidade de crédito, de acomodação. É um direito dos consumidores que nós tenhamos assegurado este processo, para que se possa fazer justiça e para que os consumidores não sejam penalizados.

Agora, é importante atentar ao fato de que o Governo não calculou e não pensou que essa pandemia poderia se arrastar. E não pensou porque nega a ciência, nega todas as evidências, nega a própria verdade. Os fatos são açoitados todos os dias pelo Governo e por seus áulicos dentro do Parlamento. Os fatos são açoitados.

Dizer que o Brasil diminuiu a desigualdade social? Nós temos 19

milhões de brasileiros e brasileiras que estão passando fome, nós temos mais de 100 milhões de brasileiros e brasileiras que estão em insegurança alimentar, nós temos desemprego recorde no Brasil, nós temos uma parcela imensa de trabalhadores que está na informalidade. Nós, portanto, estamos vivenciando um caos, um caos que poderia ser evitado, porque essa crise é provocada em grande medida por uma intenção do Presidente da República de fazer a imunidade de rebanho por contágio, ou seja, levar milhões de brasileiros e brasileiras à morte. Nós temos 450 mil brasileiros e brasileiras que se foram. Todas e todos nós temos alguém de quem nós gostamos que já não está mais entre nós, com a responsabilidade que tem o genocida que ostenta hoje uma faixa presidencial.

Além disso, nós temos o acinte de um Governo que sai a passear de moto como se o Brasil não vivesse a crise que está vivenciando. E o Ministro das Comunicações falou: "*Olha, a CPI queria que o Bolsonaro trouxesse 70 milhões de vacinas da Pfizer*", o que poderia ter salvado muitas vidas, "*mas o Governo vai trazer mais de 200 milhões*", depois de mais de 400 mil pessoas mortas, que poderiam estar vivas se o Governo não tivesse menosprezado a vacina em função da origem chinesa ou não tivesse desprezado as vacinas da Pfizer!

Esse é um Governo assassino, que assassina de várias formas e busca assassinar a própria democracia; é um Governo que está enfrentando inclusive o Estatuto dos Militares; é um Governo que acha que o Estado lhe pertence e busca aprovar uma reforma administrativa que deforma o Estado de proteção social, para que o Estado lhe sirva e não sirva ao povo brasileiro.

Nós votamos "sim", em protesto inclusive ao que o Governo...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 37/57

55.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 25/05/2021 - CD	19:40
Publ.: DCD - 26/05/2021 - DARCI DE MATOS-PSD -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Votação e aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, a respeito da reforma

administrativa. Manutenção dos direitos adquiridos dos servidores públicos. Aperfeiçoamento do texto da propositura pela respectiva Comissão Especial. Pontos fundamentais da reforma administrativa.

O SR. DARCI DE MATOS (Bloco/PSD - SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, boa noite!

Concluimos hoje, Sr. Presidente, sob a sua liderança e a liderança da Presidente Bia Kicis na CCJ, a votação e aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, a PEC da Reforma Administrativa, naquela Comissão.

Sr. Presidente, eu quero iniciar a fala ratificando o compromisso que eu afirmei no momento da votação na CCJ. Acabei de falar com V.Exa., e V.Exa. também ratificou esse compromisso e assim já havia me recomendado. E falo para a base do Governo e também para a Oposição. Sras. Deputados e Srs. Deputadas, quanto à reforma administrativa, na Comissão Especial, Deputado Alessandro Molon, a pedido do Presidente Bolsonaro, a pedido do Ministro Paulo Guedes, a pedido e por orientação do Presidente Arthur Lira e dos Deputados da base do Governo, nós não vamos mexer em nenhuma vírgula sequer dos direitos adquiridos dos atuais servidores do Brasil. E eu vou repetir a frase que o nosso Presidente Arthur Lira me disse há pouco: "*Possibilidade zero de mexer nos direitos adquiridos*". Portanto, qual é o nosso compromisso? O compromisso é o de que, se houver algum artigo, Deputado Kim Kataguiri, algum inciso, algum parágrafo, algum item na PEC 32 que dê essa possibilidade de mexer nos direitos adquiridos dos atuais servidores, nós vamos clarear e vamos pacificar na Comissão Especial. Esse é o nosso compromisso.

Digo isso porque há algumas questões ali que têm que ser revistas, como, por exemplo, período de experiência para as carreiras típicas de Estado, como as da Polícia Federal e de auditor: *trainee* durante 2 anos. Isso não funciona. Isso nós vamos tirar, com certeza absoluta, na Comissão Especial.

Outro ponto, Deputado Molon, que ninguém levantou na CCJ e a meu ver é injusto: a PEC traz a possibilidade da demissão do servidor de carreira típica por decisão em colegiado em segunda instância. Ora, como nós não aprovamos a PEC da prisão em segunda instância, da punição em segunda instância, o sonegador ou o bandido, Deputado Kim Kataguiri, hoje pode recorrer à terceira instância; e, assim que nós aprovarmos a PEC, se não for mudado esse texto, o servidor poderá ser demitido em segunda instância. Isso não é justo. Eu defendo que nós possamos uniformizar isso, ou seja, todos têm que ser punidos em colegiado em segunda instância. Portanto, esse é um outro ponto que

tem que ser mexido na Comissão Especial.

Há outras questões, mas eu quero dizer aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a estabilidade não acaba, a estabilidade permanece para as carreiras típicas de Estado - concurso e estabilidade. A estabilidade acaba para os demais servidores, da saúde, da educação e na atividade administrativa, Deputado Kim Kataguiri; no nosso entendimento, nada mais justo.

Então, quando alguém diz que o fiscal do IBAMA, futuramente, não poderá fazer a fiscalização porque não vai ter estabilidade, isso é mentira, não procede; ele vai continuar tendo estabilidade. Agora, os demais farão concurso e estarão vinculados por um vínculo chamado prazo indeterminado. Não vão ter os benefícios, não vão ter estabilidade e vão ter uma condição similar à dos trabalhadores do serviço privado. Aí alguém vai dizer: *"Mas e o médico e a enfermeira, que não vão ter estabilidade no futuro?"* Senhores, não dá para se esconder atrás da estabilidade para dizer que só presta, só tem qualidade o serviço com estabilidade. Não é verdade! E o médico e a enfermeira dos hospitais filantrópicos, dos hospitais particulares, da UNIMED, eles têm estabilidade? Não. Eles não salvam vidas? Tanto quanto os que têm estabilidade. Essa é a grande verdade.

Portanto, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, eu quero afirmar, com convicção, que essa reforma se faz necessária por três pontos fundamentais. Primeiro, nós precisamos modernizar o serviço público no Brasil. Esse modelo é de 30 anos atrás. É preciso adequar o serviço público às novas tecnologias, porque, infelizmente, o serviço público no Brasil ainda é lento, caro e oneroso. Há um segundo ponto: para os entes públicos no País sobram, por ano, no Orçamento, em média, 3% para investimentos. Estamos gastando praticamente todo o dinheiro arrecadado no pagamento da folha e no custeio. Isso não é justo! Mais do que isso, nós vamos promover uma economia de 300 bilhões de reais, para utilizar no hospital, para utilizar na escola e para utilizar no pagamento do salário dos servidores, que muitos Estados e muitos Municípios do Brasil já não pagam mais em dia.

Quero concluir, Sr. Presidente, afirmando que fiz três alterações: tirei, inadmiti aquela parte que vedava o trabalho, qualquer trabalho remunerado para carreiras típicas de Estado; tirei a alínea "d" do art. 84, que dava plenos poderes ao Presidente para mexer em autarquias e fundações; e inadmiti aqueles sete princípios absurdos, inconstitucionais, derivados dos demais, vagos, que iriam, com certeza absoluta, promover, incentivar o ativismo judicial.

Portanto, Sr. Presidente, a PEC é importante para o Brasil. Com certeza absoluta, sob a sua liderança, na Comissão Especial nós vamos fazer as mudanças necessárias e adequadas para que

possamos chegar a um relatório final racional, que seja bom para o servidor e bom para o setor público.

Documento 38/57

55.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 25/05/2021- CD	19:44
Publ.: DCD - 26/05/2021 - ALESSANDRO MOLON-PSB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Declaração de voto da Oposição pela rejeição do parecer oferecido à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, referente à reforma administrativa. Razões do posicionamento do orador contrário à aprovação da propositura.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado.

Cumprimento V.Exa., Presidente, e todos os colegas e as colegas.

Eu quero começar, Deputado Darci de Matos, reconhecendo a importância das três supressões promovidas pelo parecer de V.Exa.

São supressões corretas. Aquilo que V.Exa. retirou da PEC original, da PEC 32/20, foi correto, precisava e deveria ser retirado. No entanto, nós da Oposição votamos contra o parecer de V.Exa. porque entendemos que as supressões, embora corretas, são insuficientes para tornar a PEC positiva.

A PEC propõe basicamente duas coisas, como V.Exa. bem disse: economia e modernização. Sobre economia, o próprio Ministro Paulo Guedes se trai na justificativa da proposta. Ele diz que é possível que, no médio e longo prazos, haja alguma economia. Convenhamos, o Governo mandar uma proposta para o Parlamento dizendo que é possível que algum dia haja alguma economia não é sério. Não é uma justificativa que dê o mínimo de segurança para que se promova uma mudança dessa magnitude.

Mas a PEC também não é moderna. Ela também não moderniza o serviço público. E eu vou citar cinco exemplos, que mostram que ela é uma PEC velha, atrasada, que nada tem de moderna.

Primeiro, ela não parte de um diagnóstico. Como é possível alguém tentar enfrentar um problema sem definir claramente que problema é esse? Qual é o diagnóstico que o Governo tem dos problemas do

serviço público? A justificativa começa dizendo que a percepção da população em relação ao serviço público é ruim e que há vários indicadores que provam isso, que o Estado custa muito e entrega pouco. Qual indicador? Quais indicadores? O que é que prova essa afirmação? É moderno fazer uma reforma sem saber o que se quer enfrentar?

Segunda razão para mostrar que a proposta não é moderna: ela favorece o aparelhamento do Estado - aparelhamento, Deputado Gervásio Maia! -, de alguma maneira, esvaziando o concurso público, retirando a estabilidade, para permitir mais indicações de afilhados políticos desse Governo, os chamados cargos de liderança e assessoramento, que, segundo a proposta, terão funções técnicas. Como é possível que o Governo queira indicar para funções técnicas indicados políticos? Isso é moderno? Isso é velho. Isso cheira a mofo. Isso já deveria ter sido deixado para trás há muito tempo. Mas o Governo quer promover isso.

Como pode se dizer moderna uma PEC que quer constitucionalizar a perseguição política? Basta uma leitura combinada dos arts. 41-A e 39-A, inciso V. Por quê? Porque a PEC propõe colocar na Constituição a vedação de demissão por motivação político-partidária apenas para quatro, das cinco hipóteses possíveis. Para uma, fica claro que é possível demitir por motivação político-partidária, exatamente dessas funções que o Governo diz que devem ser técnicas!

É moderna uma proposta que pretende esvaziar o Poder Legislativo tirando desta Casa a possibilidade de decidir se um Ministério será extinto ou não, tirando desta Casa a possibilidade de decidir se recursos serão remanejados de uma área para outra? Hoje em dia, Deputado Gervásio, como V.Exa. disse bem na Comissão de Constituição e Justiça, essas são prerrogativas do Poder Legislativo; e o Poder Executivo quer usurpar do Poder Legislativo essas atribuições. Nós não podemos abrir mão de decidir se aceitaremos ou não que um determinado Ministério seja extinto. Essa deve ser uma atribuição nossa. Isso não é moderno.

Não é moderno contratar empresas privadas para fazer aquilo que só os servidores públicos fazem, como essa PEC propõe. Ela abre a porteira para isso. Aliás, é até perigoso falar-se em abrir porteira, porque esse Governo, toda vez que se fala em abrir porteira, pensa em passar a boiada, e a boiada é sempre contra os interesses do povo brasileiro.

Essa PEC parte de mentiras, da mentira do inchaço do Estado brasileiro. Basta comparar o número de servidores brasileiros com o número de servidores, por exemplo, dos Estados Unidos. A União conta com 600 mil servidores, incluindo os temporários; o Governo

Federal norte-americano conta com 1 milhão e 800 mil, excluindo os temporários: três vezes mais. E a população daquele país é apenas uma vez e meia a nossa população. Não é verdade que o Brasil tem funcionários demais. A nossa média é inferior à dos países em desenvolvimento, e muito inferior à dos países da OCDE. É uma mentira.

Da mesma forma, é uma mentira dizer que o Governo está preocupado em economizar. Se o Governo estivesse preocupado em economizar, o Presidente da República não baixaria um decreto aumentando o próprio salário e o salário dos Generais, seus Ministros, dos seus amigos, alguns que agora ganham praticamente 70 mil reais por mês ou 69 mil reais. Que preocupação com a economia é essa?

Este Governo odeia servidores. Este Governo odeia os servidores públicos, porque eles cumprem a lei. Odeia gente como o Delegado Saraiva, que denunciou o Ministro do Meio Ambiente por seu envolvimento com atividades ilícitas. Odeia os fiscais do IBAMA. Odeia os professores universitários, porque eles insistem em acreditar na ciência, Deputado Rogério.

O que deveria ser feito para melhorar o serviço público essa PEC não faz. Ela não regulamenta a avaliação de desempenho - isso é urgente e já está atrasado - e não cria mais carreiras transversais, o que seria outra medida boa, esta sim, para tornar o serviço público mais ágil e mais moderno.

Por tudo isso, nós da Oposição votamos contra a PEC na CCJ.

E o placar foi muito ruim para o Governo, Deputada Vivi Reis. O Governo só conseguiu 60% dos votos lá, exatamente o placar que vai precisar aqui no Plenário, só que lá o Governo escolhe quem vota, porque lá dá para trocar membro, e aqui no Plenário não.

Essa PEC não pode passar, porque é ruim para o Brasil. Faz o serviço público brasileiro retroceder.

Não à PEC 32!

Documento 39/57

55.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-25/05/2021-
	CD	20:00
Publ.: DCD - 26/05/2021 - VIVI REIS-PSOL -PA		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da votação da Medida Provisória nº 1.024, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 14.034, de 2020, com vista à prorrogação do prazo de vigência de medidas emergenciais destinadas à aviação civil brasileira, em face da epidemia de coronavírus. Protesto contra a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, acerca da reforma administrativa.

A SRA. VIVI REIS (PSOL - PA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)
- Sr. Presidente, o PSOL orienta "sim". Nós precisamos discutir esse assunto melhor. Inclusive, pedimos a retirada dos arts. 3º e 4º. Ainda há muito debate a ser feito.

Eu queria aproveitar o tempo para expressar o nosso repúdio à aprovação da PEC 32 hoje na CCJ. É um verdadeiro absurdo o que está acontecendo aqui, esse ataque aos trabalhadores e trabalhadoras, aos servidores públicos, a esses que estão hoje na linha de frente no combate à COVID-19, a esses que estão lutando para garantir o futuro do Brasil, inclusive a muitos jovens que estão na universidade e querem ter oportunidade da estabilidade de um concurso público.

Então, deixo aqui também registrado o nosso repúdio à aprovação hoje da PEC 32 na CCJ.

Documento 40/57

55.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -25/05/2021- CD	20:04
Publ.: DCD - 26/05/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da votação da Medida Provisória nº 1.024, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 14.034, de 2020, com vista à prorrogação do prazo de vigência de medidas emergenciais destinadas à aviação civil brasileira, em face da epidemia de coronavírus. Protesto contra a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, acerca da reforma administrativa.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão

da oradora.) - Sr. Presidente, o nosso voto é "não".

Quero aproveitar o tempo para também me remeter à reunião da Comissão de Constituição e Justiça. Nós hoje demolimos o escopo da PEC 32. Fica claro que se trata, na verdade, de uma reforma que nada reforma e não faz economia, apenas tem um caráter persecutório para com servidor e, sem dúvida, privatizante para os serviços públicos, prejudicando a população.

Na PEC, houve uma redução de danos, mas, mesmo assim, a votação foi apertada, porque esse Plenário não está afim de ser contra os professores, contra os médicos intensivistas, contra o motorista da ambulância que enfrenta a COVID. Esses não são típicos de Estado?! Pois a PEC cria um *apartheid*, organiza todo um discurso para dizer que está combatendo privilégios, mas não mexe nos supersalários.

Essa é uma reforma para poucos que, na verdade, são a maioria sofrida.

O PCdoB vota "não".

Documento 41/57

55.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 25/05/2021-20:08	
Publ.: DCD 26/05/2021 -	- ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Encaminhamento da votação da Medida Provisória nº 1.024, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 14.034, de 2020, com vista à prorrogação do prazo de vigência de medidas emergenciais destinadas à aviação civil brasileira, em face da epidemia de coronavírus. Apreciação, pela Casa, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Posicionamento da oradora a respeito da proposição.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós temos defendido essa matéria e inclusive resolvemos enfrentá-la logo, apesar de ser necessário que se melhore a matéria por meio de destaques, porque, de fato, há uma incongruência muito grande em relação ao tratamento dado ao consumidor, àquele que precisa viajar. E é necessário que aprimoremos essa relação, que há muito tempo vem se deteriorando,

com cobrança de bagagens, sem controle social sobre a oferta de voos. E agora na pandemia tudo isso tem piorado, inclusive dificultando o nosso trabalho.

Ademais, eu gostaria de neste tempo dizer que nós estamos diante de uma série de propostas de reformas, mas é preciso, Presidente, ponderar, ter mais vagar em determinadas modificações relacionadas ao Estado brasileiro.

Os servidores públicos não são em número grande no Brasil. Nós somos apenas 12% dos trabalhadores em geral. O Brasil está além do 47º lugar em número de servidores no mundo. Estamos atrás dos Estados Unidos, do Canadá, de uma série de outras nações e percentualmente atrás de nações muito menores do que o Brasil.

Efetivamente, desde o Governo Collor, vem diminuindo o número de servidores públicos do Brasil. Então, esse discurso de se dizer que há um inchaço da máquina pública não é um discurso verdadeiro. O princípio da subsidiariedade colocava o Estado brasileiro completamente aberto para todas as privatizações.

O Ministro Paulo Guedes, que tem uma visão anacrônica que levou o Chile àquele caos econômico, defende a "vaucherização". Você que está nos ouvindo ou nos vendo em casa sabe o que é a "vaucherização"? É o seguinte: a escola garante ao aluno, como Bolsonaro quer, o ensino das quatro operações matemáticas e do português. E o resto, se você quiser, que pague: língua estrangeira, atividade física, educação artística.

Era isso que a PEC preconizava. O Deputado Darci de Matos tirou isso da PEC pela pressão dos servidores; tirou também a caneta imperial que Guedes dava ao Presidente da República para acabar com qualquer órgão, para fechar o IBAMA, porque ele adora os órgãos ambientais, como nós sabemos!

Então, isso saiu da PEC, mas continua a armação nebulosa sobre a privatizações, as terceirizações e os cargos de indicação, em substituição ao servidor de carreira. O servidor de carreira garante estabilidade ao serviço público. Ele pode ser demitido sim, se errar. E não perde só o emprego, perde a liberdade.

Documento 42/57

55.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-25/05/2021-
	CD	20:24
Publ.: DCD - 26/05/2021 - GERVÁSIO MAIA-PSB -PB		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.024, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 14.034, de 2020, com vista à prorrogação do prazo de vigência de medidas emergenciais destinadas à aviação civil brasileira, em face da epidemia de coronavírus. Retrocesso às conquistas dos servidores públicos, consubstanciado na Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Oposição votará "sim".

É claro que eu não poderia deixar de registrar a votação da reforma administrativa hoje, na Comissão de Constituição e Justiça. Pelo que nós percebemos, aumentam as esperanças para que essa reforma possa ser derrotada aqui no plenário, já que ela necessitará de três quintos do Plenário da Casa para que seja aprovada em dois turnos.

A reforma representa um retrocesso, uma verdadeira injustiça com os servidores que estão pegando no pesado, sobretudo neste momento de dificuldades que vive o nosso Brasil por conta da pandemia.

Refiro-me aos servidores da segurança pública, da saúde, da educação. A reforma administrativa, a PEC 32, representa um retrocesso em relação às conquistas celebradas, sobretudo a partir da Constituição de 1988, Sr. Presidente.

Documento 43/57

55.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-25/05/2021-
	CD	20:32
Publ.: DCD - 26/05/2021 - VIVI REIS-PSOL -PA		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de preferência para a votação do texto original da Medida Provisória nº 1.024, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 14.034, de 2020, com vista à prorrogação do prazo de vigência de medidas emergenciais destinadas à aviação civil brasileira, diante da epidemia de coronavírus, em detrimento do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2021. Anúncio de realização nos Estados brasileiros, no dia 29 de maio de 2021, de manifestações contra o Governo Jair Bolsonaro. Repúdio à

aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

A SRA. VIVI REIS (PSOL - PA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)
- Eu não sei se eu oriento ou se eu voto. Difícil. *(Risos.)*

Presidente, o PSOL orienta o voto "sim".

Esse substitutivo, esse preferencial está melhor. Essa versão está melhor do que a outra apresentada. Então, nós seguimos nessa orientação, "sim".

Quero aproveitar este tempo para reforçar que no dia 29, com todos os cuidados sanitários, realizaremos nos nossos Estados manifestações contra este Governo, que é antipovo e que está buscando aprovar suas medidas aqui na Câmara, inclusive com mais esse ataque que foi a aprovação da PEC 32 hoje na CCJ.

Documento 44/57

55.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-25/05/2021-
	CD	20:56
Publ.: DCD - 26/05/2021 - DANILO CABRAL-PSB -PE		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 2, apresentada à Medida Provisória nº 1.024, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 14.034, de 2020, com vista à prorrogação do prazo de vigência de medidas emergenciais destinadas à aviação civil brasileira, diante da epidemia de coronavírus. Posicionamento do PSB contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PSB orienta "sim".

Nós queríamos aproveitar este tempo para fazer também, como já fizeram muitos companheiros da Oposição, uma crítica à tramitação da PEC 32, que trata da reforma administrativa. No nosso entendimento, essa proposta vai na contramão de tudo o que está sendo feito, do ponto de vista do Estado nacional, em vários países, neste momento, sobretudo em função da pandemia. O fato é que o momento exige o

fortalecimento do Estado, exige o fortalecimento da prestação do serviço, do que estamos vivenciando no ambiente da saúde, daquilo que precisa ser feito na educação, daquilo que é necessário fazer pela proteção social. Exige este momento o fortalecimento das carreiras de Estado, do Estado brasileiro, e não essa proposta que está sendo colocada em discussão. Por isso o PSB votou hoje fechado, na Comissão de Constituição e Justiça, contra a PEC 32.

Documento 45/57

55.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -25/05/2021- CD 21:00
Publ.: DCD - 26/05/2021 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 2, apresentada à Medida Provisória nº 1.024, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 14.034, de 2020, com vista à prorrogação do prazo de vigência de medidas emergenciais destinadas à aviação civil brasileira, diante da epidemia de coronavírus. Posicionamento do PCdoB contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o PCdoB fez esta emenda olhando para o usuário, para o cidadão, que não pode ter dúvida sobre o prazo máximo do seu reembolso e muito menos ser obrigado a pagar uma multa quando reclama do seu direito. Por isso encaminha "sim".

Eu queria aproveitar este momento para reafirmar a posição da nossa bancada contra essa reforma administrativa de Bolsonaro, essa reforma em meio a uma pandemia. O SUS é serviço público, as escolas públicas têm trabalhadoras e trabalhadores do serviço público, bombeiro é serviço público, Forças Armadas é serviço público, tudo o que serve à grande maioria da população é o Estado brasileiro que faz. Portanto, nós vamos reafirmar a nossa posição contra a PEC 32, a reforma administrativa de Bolsonaro, que continua querendo destruir o Estado brasileiro.

Então, "não" à PEC 32 e "sim" à emenda neste momento em plenário.

Documento 46/57

55.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária -25/05/2021-
CD 21:00
Publ.: DCD - 26/05/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS
CÂMARA DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 2, apresentada à Medida Provisória nº 1.024, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 14.034, de 2020, com vista à prorrogação do prazo de vigência de medidas emergenciais destinadas à aviação civil brasileira, diante da epidemia de coronavírus. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria encaminha o voto "sim", Presidente, à emenda.

Da mesma forma, como fez a Deputada Jandira Feghali, eu quero abordar rapidamente esse retrocesso que significa a PEC 32, que o Governo chama de "reforma". Na verdade, ela significa uma desestruturação do serviço público no País. Ela altera muitas coisas para pior. A principal delas é que abre caminho para o aparelhamento dos Governos em relação ao serviço público. Ela retira esta variável fundamental de que o servidor público é um servidor de todos os brasileiros, não é um servidor do Governo A ou do Governo B.

Outra coisa: o Governo insiste na lógica de arrochar o salário de servidores que exercem papéis fundamentais para o bem-estar da sociedade.

Esta PEC é absolutamente negativa.

Documento 47/57

55.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária -25/05/2021-
CD 21:28
Publ.: DCD - 26/05/2021 - DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA
CÂMARA DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 3º do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2021, da Medida Provisória nº 1.024, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 14.034, de 2020, com vista à prorrogação do prazo de vigência de medidas emergenciais para a aviação civil

brasileira, instituídas em decorrência da Covid-19. Protesto contra a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Defesa de rejeição da propositura pela Casa.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB encaminha "sim" ao destaque e "não" ao texto, porque é uma matéria estranha e não cabe no conteúdo que estamos tratando.

Queria aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, para também manifestar minha indignação pela aprovação da PEC 32 na CCJ. Isso é um absurdo, um crime contra o serviço público. Na verdade, a proposta tem o objetivo de punir os servidores públicos, que neste momento são chamados a prestar serviços ao povo brasileiro, e retira serviços que são cada vez mais necessários. Ela tem como objetivo fragilizar a prestação de serviços públicos sem ofertar nada no lugar. Quem paga a conta são os mais pobres, que são os que mais demandam os serviços públicos. "Não" à PEC 32. Nós vamos derrotá-la no plenário.

Documento 48/57

55.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -25/05/2021- CD	21:28
Publ.: DCD - 26/05/2021 - JOENIA WAPICHANA-REDE -RR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 3º do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2021, da Medida Provisória nº 1.024, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 14.034, de 2020, com vista à prorrogação do prazo de vigência de medidas emergenciais para a aviação civil brasileira, instituídas em decorrência da Covid-19. Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, a respeito da reforma administrativa.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Rede vota "não" ao texto e "sim" ao destaque do PSOL. O destaque é meritório.

Eu quero aproveitar para repudiar todos os retrocessos que estamos vendo acontecer nos direitos sociais, como a questão dos serviços públicos e dos servidores públicos. Isso coloca em risco até mesmo o princípio da impessoalidade que a nossa Constituição tanto garante ao País, justamente para não haver interferência na gestão da

administração pública, seja com a extinção dos direitos sociais no licenciamento ambiental, com o ataque aos direitos dos povos indígenas e com o que mais estamos vendo. Há um retrocesso tremendo. Infelizmente, é preciso que os Parlamentares reflitam sobre o que isso representa e a quem se beneficia.

Eu quero manifestar o repúdio à PEC 32. Espero que nós revertamos essa situação.

Documento 49/57

55.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-25/05/2021-
	CD	21:44
Publ.: DCD - 26/05/2021 - LEO DE BRITO-PT -AC		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado do art. 4º do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2021, da Medida Provisória nº 1.024, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 14.034, de 2020, com vista à prorrogação do prazo de vigência de medidas emergenciais para a aviação civil brasileira, instituídas em decorrência da Covid-19. Protesto contra a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Solidariedade ao movimento grevista dos trabalhadores da educação no Estado do Acre.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Partido dos Trabalhadores orienta o voto "não" ao texto.

Aproveito esta oportunidade para me solidarizar com os servidores e as servidoras do País. Infelizmente, hoje - eu estava na CCJ -, foi aprovada a famigerada reforma administrativa, que acaba com a estabilidade do servidor público. É mais uma falácia deste Governo. É um Governo que trabalha com mentiras.

Quero me solidarizar também com os trabalhadores e as trabalhadoras em educação do Estado do Acre, que estão em greve e foram apunhalados pelas costas pelo atual Governador, Gladson Cameli. Infelizmente, há 2 anos, esses trabalhadores sequer são recebidos em suas pautas.

Então, eu quero dizer que somos favoráveis a essa greve e somos

solidários aos nossos trabalhadores em educação.

Documento 50/57

55.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 25/05/2021- CD	22:00
Publ.: DCD - 26/05/2021 - CARLOS VERAS-PT -PE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Comissão nº 2, apresentada à Medida Provisória nº 1.024, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 14.034, de 2020, com vista à prorrogação do prazo de vigência de medidas emergenciais para a aviação civil brasileira, instituídas em decorrência da Covid-19. Repúdio à aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Posicionamento do orador contrário à aprovação da propositura pela Câmara dos Deputados.

O SR. CARLOS VERAS (PT - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT, Sr. Presidente, vota "não", porque essa emenda transfere o ônus da taxa de conexão, dessa tarifa, para o consumidor. Não dá para colocar mais uma despesa na conta do consumidor, do trabalhador, da trabalhadora.

Aproveito este momento, Sr. Presidente, para convocar à luta todo servidor público e toda servidora pública, toda a sociedade brasileira, que precisa de educação pública, que precisa de saúde pública, que precisa de segurança pública, que precisa dos serviços essenciais. A PEC 32 - da reforma, do desmonte de uma PEC de austeridade fiscal, de ataque ao serviço público, aos servidores e à população brasileira - passou na CCJ. Mas ainda há muita luta para ser feita. E nós vamos fazer essa luta neste plenário, neste Congresso, contra essa criminosa reforma administrativa, essa PEC 32.

Vamos à luta! Vamos à resistência! "Não" à PEC 32!

Documento 51/57

57.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/05/2021- CD	15:32
Publ.: DCD - 27/05/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM

Sumário

Orientação de bancada na votação da Medida Provisória nº 1.029, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 13.475, de 2017, relativa ao exercício da profissão de tripulante de aeronave, ressalvados os destaques. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, a respeito da reforma administrativa.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o PSOL orienta "não" à matéria porque entende que, embora tenha havido uma conquista da mobilização dos trabalhadores aeronautas que resultou numa redução de danos - dois destaques em especial trariam ainda mais prejuízos para esta medida provisória -, ainda assim a origem desta medida provisória é prejudicial. Ela desmonta os direitos trabalhistas, o que, por consequência, inclusive pode incidir sobre a segurança dos voos no Brasil.

Então, o PSOL orienta "não" e lamenta que este Governo, num cenário trágico, priorize desmontar direitos do trabalhador, desmontar o já frágil Estado de Direito, seja por meio de medidas provisórias, seja por meio de mobilização da sua base para aprovar propostas como a PEC 32 na Comissão de Constituição e Justiça.

Documento 52/57

57.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/05/2021- CD 18:20
Publ.: DCD - 27/05/2021 - RICARDO BARROS-PP -PR	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Importância da pauta liberal aprovada pela Casa sob a Presidência do Deputado Arthur Lira, para a redução do Estado brasileiro. Aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Importância da tecnologia GovTech para o acesso dos contribuintes aos serviços públicos. Agradecimento aos Parlamentares pelos avanços legislativos alcançados em 2021.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas Parlamentares, desde que iniciamos esta sessão legislativa, sob a Presidência do nosso colega

Deputado Arthur Lira, iniciamos votando a independência do Banco Central e votamos também a lei do câmbio e a PEC Emergencial, com gatilhos muito importantes para o ajuste fiscal.

Depois, votamos a nova lei do gás, vamos a lei da cabotagem, votamos os vetos à lei do saneamento, permitindo grandes investimentos privados na área de saneamento no País. Cada real investido em saneamento representa a economia de 4 reais na saúde. Votamos também a parte da privatização e da capitalização da ELETROBRAS, um tema muito relevante também, em razão do superendividamento. Votamos a lei das *startups*, para favorecer investimentos na área de inovação. Então, nós temos promovido aqui uma atividade Parlamentar muito rica.

Hoje, as várias medidas provisórias que nós estamos votando, muito relevantes, visam socorrer os brasileiros dos mais diversos segmentos econômicos, neste momento de pandemia, assim como as pessoas que precisam do auxílio emergencial, que foi renovado pelo Presidente Bolsonaro.

Nós estamos seguindo a cartilha liberal do Governo, e essa cartilha vem na direção de diminuir o tamanho do Estado. Então, a minha fala hoje é para ressaltar o trabalho da Comissão de Constituição e Justiça, que aprovou a admissibilidade da proposta de reforma administrativa, porque nós precisamos de um Estado mais leve e mais eficiente.

O contribuinte quer que o seu imposto retorne em serviços públicos de qualidade, em serviços públicos que tenham a marca da eficiência, da economicidade e, obviamente, neste momento em que nós vivemos, da digitalização. O GovTech, como nós chamamos, é para que o contribuinte tenha acesso por meios eletrônicos a todos os serviços públicos e, através disso, possa se servir da máquina pública, possa ser atendido como prioridade na máquina pública.

O servidor público não é o foco principal dos gastos do Governo. Ele é um elemento fundamental para que os gastos do Governo sejam feitos de forma eficiente, porque é ele quem pratica a implementação da coisa pública. Mas ele precisa ter meios para prestar esse bom serviço à população. Eu sempre tenho dito que médico sem remédio, motorista sem combustível e pedreiro sem tijolo não produzem nada para a sociedade. Então, sim, é preciso remunerar bem o servidor, qualificá-lo para prestar um bom serviço, mas também é preciso ter orçamento suficiente para que ele tenha insumos para atender a população.

Eu fiz um balanço aqui de tudo o que já votamos sob a Presidência do Presidente Arthur Lira, uma época de grande produção legislativa e de qualidade, de debates muito, vamos dizer, densos, aqui no plenário, e

do exercício do voto e da democracia, e com isso nós avançamos.

Avançamos na saúde. O Presidente Bolsonaro destinou recursos ilimitados para combater a pandemia na área da saúde - já temos 600 milhões de vacinas contratadas para serem entregues e aplicadas nos brasileiros - e recursos também quase ilimitados, no "orçamento de guerra" aprovado no ano passado, para combater os efeitos econômicos da pandemia, aqueles efeitos que atingem a pessoa que perdeu a capacidade de sustentar a sua família porque a sua atividade não pôde ser exercida. Ainda hoje temos decretos limitando a possibilidade de as pessoas exercerem a sua atividade. E elas, por isso, não podem ter renda, então o Governo as socorre através do auxílio emergencial.

Então, eu quero comemorar aqui todos esses avanços alcançados. Quero dizer que os Parlamentares da base do Governo nos têm sido solidários, os Líderes da base do Governo têm sido solidários ao Governo Bolsonaro, à sua pauta liberal, às suas ideias, ao seu descompromisso com os grandes *lobbies* que sempre financiaram este País. Por isso, o Governo Bolsonaro e o Presidente Bolsonaro são importantes para o Brasil, porque é um momento único que nós temos de superar amarras que aumentam o Custo Brasil, amarras que privilegiam determinados setores da economia, como empresas que são competitivas só porque têm incentivos fiscais, porque pagam menos impostos que as outras. E o Presidente Bolsonaro tem agido de forma muito decisiva para resolver esse problema. Estamos eliminando vários mecanismos de *antidumping*, diminuindo impostos de importação, aumentando a competitividade, abrindo mercados no exterior - a Ministra Tereza Cristina vem fazendo isso de forma muito efetiva. A infraestrutura está indo muito bem com os leilões, atraindo recursos da iniciativa privada para o investimento de bilhões e bilhões de reais, já que o nosso orçamento, infelizmente, não dá margem para se poder investir. Então, estamos no caminho certo.

O País tem uma direção clara. O Presidente tem o seu estilo pessoal, do qual ele não abre mão e não abrirá mão. Ele sabe da missão que recebeu, ele sabe por que recebeu a missão e seguirá nessa direção sem se desviar. É isto o que nós devemos esperar do Presidente Bolsonaro: que ele caminhe firmemente com os princípios e valores da família, com a pauta liberal, com a visão de um Presidente que foi por 28 anos nosso colega nesta Casa de Leis, a Câmara dos Deputados, e que conhece, portanto, profundamente todos os temas que nós debatemos aqui de forma contínua.

Agradeço de novo à base do Governo, aos Parlamentares, à Oposição, que tem feito um diálogo construtivo conosco. E, assim, termino esta fala comemorando os importantes avanços legislativos que nós conquistamos durante este ano aqui na Câmara dos Deputados, sob a

Presidência do Presidente Arthur Lira. É um momento novo, é um momento de coragem, é um momento em que as coisas vêm à pauta, e nós enfrentamos o mérito, na votação, e decidimos pelo Brasil. Quanto mais a Câmara decide, quanto mais o Senado decide, quanto mais o povo representado por nós aqui decide, há menos espaço para casuísmo, há menos oportunidades de interferirem nas nossas prerrogativas.

Vamos comemorar esses importantes avanços. Hoje estamos fazendo muitos deles.

Obrigado a todos.

Documento 53/57

39.2021.B	Sessão Outro Evento	27/05/2021-09:44
Publ.: DCD - 28/05/2021 - FÁBIO TRAD-PSD -MS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Compromisso de luta contra a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.

O SR. FÁBIO TRAD (Bloco/PSD - MS. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente querida e competente, que honra esta Casa, Sras. e Srs. Parlamentares, reforma administrativa é o nome que parte das elites está dando ao movimento de sufocamento do Estado brasileiro, uma constrição progressiva do pescoço do Estado, por onde passam os canais digitais do seu funcionamento. Fragilização, vulnerabilidade, insegurança jurídica, precarização, a quem interessa um Estado com servidores públicos desprovidos de tutela jurídica? Aos milhões de pobres, desempregados, miseráveis que vivem à margem da sociedade de consumo? Aos filhos e filhas da classe média depauperada que receberão lições de educadoras e educadores temerosos de uma demissão injustificada? Não, esse movimento de asfixia do Estado brasileiro serve apenas aos interesses daqueles que estão famintos, sim, famintos de mais lucro; estão carentes, sim, carentes de mais e mais privilégios.

Eu prestei muita atenção, Sra. Presidente, nos argumentos daqueles que defendem a reforma. Todos, sem exceção, falam em modernidade, dizem que a tal reforma visa um Estado moderno. Mas o que é moderno se não uma palavra cujo significado se presta a manipular a ideologia, o fato, com enorme elasticidade? Será moderno suprimir a

estabilidade de quem precisa de segurança jurídica para atuar em nome do povo? Será moderno facilitar o apadrinhamento, o mandonismo, o QI no serviço público? Será moderno diminuir o Estado quando cresce o número de pobres e miseráveis no País? Será moderno não atacar os privilégios das castas superiores do serviço público que estão esquecidos nessa reforma? Será moderno facilitar a corrupção com uma reforma que promoverá a impunidade do assédio moral dos superiores hierárquicos? Só se essa modernidade for a modernidade da morte. Antes se matava por enforcamento na guilhotina ou fuzilamento, hoje são os cuidados paliativos, a indução irreversível para dar mais conforto. Mas é a morte.

Eu vi, Sra. Presidente, no dia da votação na CCJ, os servidores públicos abnegados auxiliando os trabalhos. Eu me lembrei daquela cena dos gladiadores sendo obrigados a matar seus irmãos gladiadores. Eu me lembrei da cena dos carrascos que, com lágrimas nos olhos, matavam de forma implacável, sabendo que quem eles estavam matando era inocente.

O próprio Presidente Jair Bolsonaro passou 28 anos no Parlamento. O que seria da carreira política dele sem o serviço público? Tanta injustiça, Sra. Presidente! É preciso também entender que o serviço público brasileiro é a própria garantia de que nós não vamos virar um grande mercado de consumidores. O serviço público brasileiro é o atestado da otimização da cidadania brasileira. Se nós vivêssemos num Estado em que não houvesse pobreza, se nós vivêssemos num Estado em que não houvesse miseráveis e famintos, até se poderia pensar em diminuir o Estado brasileiro. Mas justamente no momento em que aumentou o número de miseráveis, por conta desta crise, diminuir o Estado brasileiro serve a quem? Serve justamente àqueles que, em vez de pensarem no cidadão, pensam nos seus próprios bolsos, nos seus lucros.

Por isso, Sra. Presidente, eu agradeço a V.Exa. a generosidade. Digo que resta a luta. Eu vou lutar até o fim para tirar do banco dos réus o servidor público, porque este, sim, absolve esta Nação, ao não permitir que ela se transforme num grande mercado.

Peço que meu pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Sumário

Convite aos servidores públicos, aos sindicatos e entidades representativas da categoria e à sociedade organizada para participação em encontro virtual destinado ao debate da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, estimados colegas, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

O Estado brasileiro, em qualquer circunstância, deve cumprir o papel de porto seguro da sua gente. Tudo depende do comandante. Se o comandante for relapso, incompetente, sem compaixão, sem compromisso, aí temos uma nave sem destino, aliás, uma nave que caminha para o abismo. Este é o caso de Bolsonaro.

Por esta razão, a PEC 32, que muda a cara do Estado de maneira definitiva, para prejuízo do povo brasileiro, está para ser votada. Nosso povo ainda não sabe o que significa esta PEC, tampouco o perigo que ela representa não somente para os servidores públicos, mas também para o povo brasileiro, que paga imposto e sustenta o Estado brasileiro.

Hoje à noite, às 19 horas, no meu mandato, nós realizaremos um encontro virtual para conhecermos profundamente o que significa esta PEC. Participará comigo deste importante evento o estimado Deputado Correia, coordenador do núcleo do trabalho na Comissão da qual eu sou Vice-Presidente. Além disso, teremos a presença das nossas estimadas assessoras de bancada Clara Liz Coelho e Eneida Vinhais Dutra.

Nossa assessoria, maravilhosa, competente e comprometida, vai explicar de maneira didática o que esta PEC significa para os trabalhadores, para os servidores públicos e para a sociedade. Além da PEC, há uma emenda, que já foi aprovada: a "PEC da Morte".

Neste sentido, eu gostaria de convidar a todos a participarem: os servidores públicos, as entidades de servidores públicos, os sindicatos de trabalhadores privados, a sociedade de amigos de bairros, enfim, todo o povo organizado. Eu vou passar o endereço. Peço a quem vai acompanhar o debate e contribuir para a sua compreensão que anote nosso número de telefone do escritório: 11 4337 1390, que também é o nosso WhatsApp.

Vamos fazer com que esta discussão chegue à sociedade. Um dia,

essa sociedade vai defender seu Estado, e não deixá-lo apenas nas mãos de Bolsonaro e da sua gente.

Muito obrigado, Presidenta.

Documento 55/57

39.2021.B	Sessão Outro Evento	27/05/2021-10:04
Publ.: DCD - 28/05/2021 - PAULO GUEDES-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Desestruturação do serviço público pela Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Defesa de rejeição da propositora.

O SR. PAULO GUEDES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho alertar o povo brasileiro de que esta reforma administrativa não é o que parece. Na verdade, o que está por trás da PEC 32 é a destruição do serviço público, o desmonte completo do nosso Estado e a perseguição aos funcionários públicos. Ao contrário dos velhos argumentos para convencer a população de que esta proposta não combate privilégios, não economiza dinheiro público e não aumenta a eficiência do Estado, ela exclui a população do Orçamento público e beneficia os setores privados.

Nós já assistimos, Sra. Presidente, a esse filme antes. Foi assim em 2017, com a reforma trabalhista e, em 2019, com a Lei nº 13.874, a famosa Lei da Liberdade Econômica. Foi assim com a reforma da Previdência e foi assim com a MP 905 - todas prometiam mundos e fundos. Todas elas prometiam gerar mais de 10 milhões de empregos com carteira assinada, e nós assistimos à destruição dos direitos que estavam resguardados aos trabalhadores brasileiros.

Agora eles querem fazer a mesma coisa, com a reforma administrativa: querem perseguir os servidores públicos, querem diminuir o Estado cada vez mais e querem precarizar os serviços.

Nós já estamos numa situação muito difícil, depois de toda essa destruição que veio com o golpe à Presidenta Dilma e depois dessa destruição dos direitos dos trabalhadores, que começou no Governo Temer. Tudo isso é acentuado agora, de forma muito escrota, no Governo Bolsonaro, com a política do Ministro da Economia, Paulo Guedes, uma política de ganância, que busca atender apenas aos interesses daqueles que querem cada vez mais massacrar os

trabalhadores, seja públicos, seja privados. A ganância dos bancos e a ganância dos poderosos precisam ser contidas por esta Casa.

Por isso, essa reforma administrativa não pode passar. Nós não podemos colocar novamente os servidores públicos no banco dos réus. Chega! Temos que unir todas as forças nesta Casa para barrar mais essa iniciativa desastrosa do Governo Bolsonaro e do Ministro Paulo Guedes.

Eu gostaria, Sra. Presidente, que meu pronunciamento fosse divulgado pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos demais meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

Documento 56/57

58.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/05/2021- CD 13:00	
Publ.: DCD - 28/05/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Atos do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, prejudiciais aos biomas nacionais. Desestruturação de pilares do Estado brasileiro pela proposta governamental de reforma administrativa. Posicionamento do Presidente Jair Bolsonaro, favorável à desmarcação de terras indígenas em prol do agronegócio. Defesa de afastamento do Presidente da República.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidenta, nós temos um Governo que busca se apropriar do Estado para exercer a função contrária à função precípua dos órgãos.

Nós temos uma análise de 524 atos do Meio Ambiente, de janeiro de 2019 a dezembro de 2020, a qual mostra que 124 deles representam risco médio, alto e muito alto para os biomas do País.

Há no Ministério do Meio Ambiente uma pessoa investigada por crimes ambientais.

É a destruição do Estado que serve à população, que é também reafirmada na proposta de reforma administrativa.

Nós temos um Presidente que disse, em 1998: *"Pena que a cavalaria*

brasileira não tenha sido tão eficiente quanto a americana, que exterminou os índios"; que disse que "as reservas indígenas sufocam o agronegócio"; que "no Brasil não se consegue diminuir o metro quadrado de terra indígena." Disse isso em 2015.

Presidenta, nós temos um Presidente da República que não esconde a sua lógica de extermínio; que não esconde o genocídio que impõe a este País. Em 2016, ele disse: *"Em 2019, vamos desmarcar a reserva indígena Raposa Serra do Sol"*. E disse em 2017: *"Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola"*. E ali ele demonstrou, como em toda a sua história - e tem feito isso na Presidência da República -, que os territórios indígenas têm que ser arrancados do povo brasileiro e que se tem que enfiar estacas e o garimpo ilegal dentro do território que reafirma a nossa brasilidade.

Portanto, é incompatível a defesa do povo brasileiro com a permanência de Jair Bolsonaro na Presidência da República.

Obrigada, Presidente.

Documento 57/57

58.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/05/2021- CD	13:16
Publ.: DCD - 28/05/2021 - PAULÃO-PT -AL		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu agradeço, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, a minha fala é sobre a preocupação com a PEC 32, a reforma administrativa, que o Presidente Bolsonaro quer colocar em pauta e aprovar, com o aval desta Casa e de Paulo Guedes.

Essa reforma coloca os servidores públicos como vilões. Se nós compararmos o Brasil com o principal país capitalista, veremos que, percentualmente, nós temos um número menor de servidores do que os Estados Unidos. E no nosso Brasil, com tanta contradição, é fundamental o papel do Estado.

Por isso, eu tenho certeza de que nós faremos resistência nesta Casa

à reforma administrativa contra os servidores públicos do Brasil, até porque, com os números apresentados na CCJC, quando houver mobilização nas redes e nas ruas, nós vamos evitar a sua aprovação.

Muito obrigado, Sra. Presidente.
